



Agência das Bacias PCJ



RELATÓRIO INSTITUCIONAL DA AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ 2021

I Apresentação



4ª edição do
Relatório
Institucional GRI
2021



Relato com
publicação anual

Esta é a quarta edição do Relatório Institucional da Agência das Bacias PCJ, estruturado a partir das Normas GRI Standards, da Global Reporting Initiative, organização *multistakeholder*, que orienta empresas e instituições sobre gestão e relato de práticas sustentáveis. Os indicadores GRI estão estruturados em normas econômicas, ambientais e sociais, que permitem mensurar o desempenho sustentável de empresas, entidades e empreendimentos em todas as dimensões.

Cada capítulo do relatório aborda um ou mais temas materiais (conheça todos em Materialidade, a seguir), apresentando os aspectos mais relevantes para direcionar a gestão e a comunicação da Agência das Bacias PCJ, considerando o contexto e os impactos de cada tema.

Indicadores GRI correspondentes a cada conteúdo estão apontados em todo o documento, bem como referências a outras agendas públicas às quais a Agência das Bacias PCJ aderiu, como os princípios do Pacto Global, que envolve os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e Agenda Ambiental na Administração Pública (Programa A3P do Ministério do Meio Ambiente). Saiba mais em **Compromissos públicos**.

O conteúdo ainda apresenta links como sugestões para aprofundamento de informações. (GRI 102-46)

Materialidade

A partir de um estudo feito em 2018, seguindo o Princípio da Materialidade da GRI, foram elencados os temas considerados relevantes para a Agência das Bacias PCJ. Para o presente relato, que tem como ano base 2021, foi feita uma revisão da materialidade, resultando na adaptação de um tema, a partir de uma análise que considerou os cenários interno e externo.

O tema "Ética e integridade" substituiu o tema "Anticorrupção", por refletir com mais abrangência este conceito, relacionado à gestão, atuação e prestação de contas transparente.

Para cada tema material, foram selecionados e validados os itens de divulgação GRI (indicadores), que compõem o Sumário GRI (exemplo: 102-10). A revisão dos temas materiais não se refletiu nos indicadores reportados. (GRI 102-47, 102-48, 102-49, 102-50)

O Princípio da Materialidade identifica tópicos relevantes com base em duas dimensões: importância dos impactos econômicos, ambientais e sociais da organização; sua influência significativa sobre as avaliações e decisões dos stakeholders.

Etapa 1



Identificação

Análise de fontes secundárias (documentos internos, diretrizes estratégicas, estudos, outros relatórios publicados, avaliações setoriais, entre outras) e entrevistas com os diretores da Agência das Bacias PCJ para levantamento da lista de temas considerados mais relevantes para a instituição.

Etapa 2



Priorização

Priorização dos temas mapeados pela Comissão de Acompanhamento do Relatório Institucional, a partir da análise de cada tema e seus impactos.

Etapa 3



Validação

Aprovação da lista de temas materiais pela Comissão de Acompanhamento do Relatório Institucional e Diretoria da Agência das Bacias PCJ, culminando em 12 temas materiais.

Etapa 4



Revisão

Nova análise de fontes secundárias considerando os contextos de cenário interno e externo no ano de 2021, resultando na adaptação de um tema material.

Temas materiais



DESEMPENHO ECONÔMICO



IMPACTOS ECONÔMICOS INDIRETOS



PRÁTICAS DE COMPRAS



ÉTICA E INTEGRIDADE



MATERIAIS



ÁGUA



EFLUENTES E RESÍDUOS



BIODIVERSIDADE



EMPREGO



TREINAMENTO E EDUCAÇÃO



COMUNIDADES LOCAIS



POLÍTICAS PÚBLICAS

(GRI 102-47, 102-48, 102-49)

Informações institucionais

FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ (Agência das Bacias PCJ)¹

Diretor-presidente: Sergio Razera

Diretor Administrativo e Financeiro: Ivens de Oliveira

Diretora Técnica: Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi

Assessor de Comunicação: Everton Campos Quiararia

Coordenador Administrativo: Eduardo Massuh Cury

Coordenadora de Apoio ao Sistema de Gestão dos Recursos Hídricos: Vanessa Cristina Bortolazzo Longato

Coordenador Financeiro: Tony Douglas Segatto

Coordenadora de Gestão: Kátia Rossi Gotardi Piccin

Coordenadora de Projetos: Elaine Franco de Campos

Coordenador de Sistema de Informações: Eduardo Cuoco Léo

Analista Administrativa: Laís Maria Spinelli

Analista Técnico: Leonardo Lucas Baumgratz

Auxiliar Técnico: Fabio de Faria Coca

Colaboradores terceirizados: Aline de Fátima R. Meneses Moura, Ana Paula de Oliveira Fischer, Bruna Caroline Juliani, Bruna Eveline Domingos Petrini, Bruno Font Aranda, Carolina Prado, Charles Diego da Costa, Charles Piedade de Oliveira, Danilo Carlos Ferreira Costa, Diogo Bernardo Pedrozo, Douglas Brunelli, Felipe Gonzaga Nunes Ferreira, Felipe Loschiavo Requena, Ivan Gerdzijauskas, Jairo Batanero Campos, Kaíque Duarte Barreto, Karla Romão, Laura Silvestrini Canola, Lilian Roberta Pereira Cruz, Lívia Maria Ongaro Modolo, Luiz Paulo Baptista Colassio, Marcelo Augusto de Ávila, Maria Carolina Moraes Coelho Moura, Mariane Rodrigues Amuy, Marina Peres Barbosa, Mateus de Oliveira Ismael, Mateus Maroun, Priscila de Jesus Silva, Rebeca Cristine Ferreira da Silva, Roberta Ribeiro Dalfré Estrella Camargo, Sontiarai Luana Munerato de Godoy, Stephanie Christie Plats de Almeida, Tainá Lima de Moura, Tatianna Cury Abe, Thamiris Caroline Rodrigues Cardoso, Thiago Manzi Nascimento, Tiago Valentim Georgette.

Estagiários: Camila Pereira Ramos, Gabriel Sobreira Gomes da Silva, Giovanna Santos da Silva, Isabela Butturi Gevartoski, Larissa Lucianetti Oliveira, Maria Manoela Ferreira da Fonseca Bicheiro, Suzana Geraldo Darahem

¹Data base: março/2022

CONSELHO DELIBERATIVO E CONSELHO FISCAL

Agência das Bacias PCJ²

CONSELHO DELIBERATIVO

Paulo Roberto S. Tinel

[Presidente]

Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento – ASSEMAE

Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi

[Vice-presidente]

Rotary Internacional – D4590

Ademir Cleto de Oliveira

Secretaria de Desenvolvimento Regional

André Luiz Sanches Navarro

Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA)

Flavio Makoto Hashimoto

Secretaria da Fazenda

Laura Stela Naliato Perez

Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA)

Raphael Rodrigues Ferreira

Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA)

Hélio Rubens G. Figueiredo

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP)

Ariella Machado de Oliveira Montebello

Prefeitura de Saltinho

Célia Maria C. Moraes

Prefeitura de Sta. Barbara D'Oeste

Giovane Henrique Genezelli

Prefeitura de São Pedro

Mateus Bento Batista Arentes

Prefeitura de Louveira

Maurício André Marques de Oliveira

Prefeitura de Piracicaba

Simone Fernanda Zambuzi

Prefeitura de Limeira

Francisco Carlos Castro Lahóz

Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ)

João Primo Baraldi

Sindicato Rural de Rio Claro

Jonas Vitti

Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP – DR Limeira)

Francisco Antonio Moschini

Instituto Estudos Vale do Tiete (INEVAT)

CONSELHO FISCAL

Luiz Alberto Buschinelli Carneiro

[Presidente]

Secretaria de Estado da Saúde

Henrique Bellinaso

Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (SAA)

Petrus Bartholomeus Weel

Prefeitura de Holambra

Martim de França S. Ribeiro

Prefeitura de Jundiá

André Elia Neto

União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo (UNICA)

Miguel Madalena Milinski

Associação Amigos do Horto Florestal “Navarro de Andrade” (AAMHOR)”

COMITÊS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ (Comitês PCJ)³

Composição da Diretoria Colegiada Comitês PCJ FEDERAL e CBH PCJ – Gestão 2021 – 2023 CBH PJ1 – Gestão 2020 - 2022

PRESIDENTE DO CBH-PCJ E DO PCJ FEDERAL

Luciano Santos Tavares de Almeida
Prefeitura Municipal de Piracicaba/SP

PRESIDENTE DO CBH-PJ1 E 1º VICE-PRESIDENTE DO PCJ FEDERAL

Sidney José da Rosa
Associação de Agricultura Orgânica e Biodinâmica Serras de Santana (BIOSS)

VICE-PRESIDENTE DO CBH-PCJ E 2º VICE-PRESIDENTE DO PCJ FEDERAL

Marco Antônio dos Santos
Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE)

VICE-PRESIDENTE DO CBH-PJ1

Laene Fonseca Vilas Boas
Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG)

3º VICE-PRESIDENTE DO PCJ FEDERAL

Roseli dos Santos Souza
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica do Ministério de Desenvolvimento Regional (SNSH/MDR)

SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CBH-PCJ E PCJ FEDERAL

André Luiz Sanchez Navarro
Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA)

SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CBH-PJ1

Damião Aparecido do Couto
Prefeitura Municipal de Toledo/MG

SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO CBH-PCJ

Caroline Túbero Bacchin
Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA)

SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO CBH-PJ1

Rodrigo Alves de Oliveira
Prefeitura de Camanducaia

³Mais informações em **COMITÊS PCJ**.

EXPEDIENTE

Comissão de Acompanhamento do Relatório Institucional: Aline de Fátima Rocha Meneses Moura, Eduardo Cuoco Léo, Everton Campos Quiararia, Ivens de Oliveira, Kátia Rossi Gotardi Piccin, Marina Peres Barbosa e Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi. Apoio: Isabela Butturi Gevartosk e Larissa Lucianetti Oliveira.

Consultoria, redação, edição e projeto gráfico: BH Press Comunicação • Renata Taffarello, redação • Lilian Ribas, consultoria GRI e edição • Bruno Andrade, projeto gráfico e diagramação

Imagens: Acervo Agência das Bacias PCJ, Divulgação

Contrato Fundação Agência das Bacias PCJ nº 033/2021

FICHA CATALOGRÁFICA

**Catálogo na Publicação
DIVISÃO DE BIBLIOTECA - DIBD/ESALQ/USP**

Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá
Relatório institucional da Agência das Bacias PCJ - GRI 2021 / Fundação Agência
das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. - - Piracicaba, 2021
v. 4

1. Bacias hidrográficas 2. Recursos hídricos 3. Rio Capivari 4. Rio Jundiá 5. Rio Piracicaba
I. Título

CDD 551.483
F981r

Elaborada por Maria Angela de Toledo Leme - CRB-8/3359



Desafios

Temos novas metas do contrato de gestão que são mais desafiadoras e exigem da Agência das Bacias PCJ e de todos os membros dos Comitês PCJ que participam da gestão dos recursos hídricos, mais disciplina e assertividade.”

Sergio Razera, Diretor-Presidente da Agência das Bacias PCJ

Mensagem do Diretor-Presidente Agência das Bacias PCJ

O ano de 2021 começou com muitas dificuldades. Antes de tudo, tivemos perdas de amigos, companheiros de gestão. Paralelo a isso, nosso caixa enfrentava problemas na arrecadação, o que fez com que precisássemos repensar muitas ações de planejamento. No segundo semestre, o ânimo começou a se recuperar. Após um amplo diálogo junto aos órgãos outorgantes, conseguimos retomar o fluxo normal de pagamento de nosso principal cliente, a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), que estava efetivando pagamento em juízo após questionamento da metodologia de cálculo feita pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), o que nos levou a refazer a programação de ações para aplicação dos investimentos nas Bacias PCJ.

Todo aprendizado de 2020, por conta da pandemia da Covid-19, se acomodou em 2021 e muitas das ferramentas que precisamos implantar a toque de caixa acabaram chegando para ficar, facilitando os contatos, as reuniões, as trocas de ideias. Nesse sentido, posso dizer que foi um ano produtivo, de produção de muitas ideias e informações, ainda que muitas ações que exigiam a ida a campo fossem reduzidas em comparação aos períodos anteriores a 2020.

Sustentabilidade na Agência das Bacias PCJ

No que se refere à sustentabilidade na Agência das Bacias PCJ, vínhamos num período de evolução, com metas estabelecidas e sendo cumpridas, o que também foi desacelerado no modelo de trabalho em *home office* implantado em 2020. No entanto, como “transferimos” muitas das ações para as casas das pessoas, a conscientização sobre consumo consciente passou a se estender às famílias, especialmente relacionadas a energia e geração de resíduos. Difícil mensurar indicadores desta frente nesse modelo de trabalho, mas posso garantir que a disseminação de hábitos mais sustentáveis aconteceu.

Segurança da água

A segurança da água é um tema muito discutido em toda a sociedade, principalmente porque não atinge só o setor de saneamento, mas também os setores elétrico e produtivo. Nas Bacias PCJ, por exemplo, temos expectativa que os reservatórios de Amparo e Pedreira, que se encontram em fase mediana de construção, ajudem a amenizar a crise hídrica após sua conclusão, o que deve acontecer no fim de 2023.

Comemoramos a boa notícia do Governo do Estado de São Paulo sobre o anúncio de dois novos reservatórios na região do Rio Jundiá (em Salto e Indaiatuba) e de um barramento na Bacia do Corumbataí, o que vai atender, principalmente, aos municípios de Rio Claro e Piracicaba e entorno.

Nos Comitês das Bacias PCJ, iniciamos debates sobre a necessidade de mudança tecnológica tanto nas Estações de Tratamento de Água como nas de Esgoto, para que seja possível ampliar o tratamento de água em alguns municípios. E, embora a implantação de tecnologias ainda seja um desafio, hoje já são muito mais incorporadas pela indústria nacional e mais acessíveis do que há 20, 30 anos.

Parcerias

Reforço o papel da Agência das Bacias PCJ como catalisador de parcerias, palavra-chave na gestão de recursos hídricos, que envolve diversas áreas e setores. Não conseguimos fazer essa gestão sozinhos. Seja na colaboração de proprietários rurais para o plantio de árvores, seja na busca com outros órgãos para a captação de informações para a Sala de Situação, a fim de que se tornem disponíveis para todos. Da mesma forma acontece com as políticas públicas, cujos programas e atividades, de forma isolada, não têm tanta eficácia. Os Comitês têm esse papel de extrair de cada um dos organismos o que existe de políticas públicas, ajudando a viabilizá-las de forma rápida.

Desafios

Temos novas metas do contrato de gestão que são mais desafiadoras e exigem da Agência das Bacias PCJ e de todos os membros dos Comitês PCJ que participam da gestão dos recursos hídricos, mais disciplina e assertividade. Na iminência de uma crise hídrica e mesmo pela melhoria tecnológica que nossos sistemas demandam, precisamos ganhar escala e velocidade nas ações estratégicas. E já estamos num bom caminho, com a aceleração digital que se concretizou e as parcerias que temos com os diversos agentes neste território tão desafiador que é as Bacias PCJ. (GRI 102-14)

Mensagem dos Comitês PCJ

Em seus 12 anos de atuação, é visível o crescimento da Agência das Bacias PCJ na postura sustentável. No que se refere à sustentabilidade corporativa, tem dado exemplo a outras entidades por ter sido a primeira Agência de Bacias do país a aderir a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), criado pelo Ministério do Meio Ambiente, e por ser a primeira agência de bacias hidrográficas do mundo a aderir ao Pacto Global da ONU, em 2018. Exemplo mais recente é o alcance, em 2021, da meta “Papel Zero” dentro da instituição, que representa um grande passo sustentável e um amadurecimento tecnológico que deu “musculatura” para a Agência das Bacias PCJ manter o alto desempenho frente aos desafios do repentino trabalho remoto causado pela pandemia da Covid-19.

Geração de valor para o território

A postura sustentável com a qual a Agência das Bacias PCJ orienta sua administração, a exemplo de ferramentas como o Código de Ética, Manuais de Procedimentos Operacionais, Indicadores de Processos, Planejamento Estratégico, entre outros, tem sido percebida por organismos internacionais e inspirado a confiança para que investimentos cheguem ao Brasil, direto para as Bacias PCJ. É o caso do projeto “Interagências” com Agência de Água Loire-Bretagne da França, e os projetos “Eco Cuencas” e “MARU” (Monitoramento de Águas Residuárias Urbanas), via Escritório Internacional da Água, OiEau, também da França.

Todos esses ganhos, seja fomento em ativos monetários, de expertise ou de apoio técnico, agregam muito ao nosso processo de Gestão de Recursos Hídricos das Bacias PCJ.

Atuação da Agência das Bacias PCJ

Não somente para o ano desafiador que 2022 está sinalizando ser, olhamos para nosso Plano de Bacias 2020-2035 como uma década e meia de muito trabalho a ser desempenhado, pois somente com uma sociedade sustentável poderemos seguir dispostos de recursos hídricos neste compasso de crescimento econômico e populacional que projetamos.

Os Comitês PCJ precisam do suporte e experiência já acumulada da Agência das Bacias PCJ, com mais de 720 empreendimentos concluídos, para dar forma e executar com muita criatividade o planejamento deliberado pelos Comitês, assim como tem sido feito com as iniciativas da Política de Mananciais, com a diversificação de inúmeras ações sustentáveis como plantios, cercamentos de nascentes e fomento aos programas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) que, de mãos dadas com pequenos agricultores, têm promovido a recuperação de áreas desmatadas.

Futuro

Precisamos continuar liderando as melhorias, incentivando, prestando suporte e cedendo investimentos para que municípios, empresas e todos aqueles que atuam nas Bacias PCJ possam promover as mudanças que precisamos. A evolução começa em provocar o olhar das pessoas para o fato de que a Gestão de Recursos Hídricos habita nos gestos e providências de todos nós, na busca pelo uso eficiente da água.

Precisamos nos apressar, pois o estresse hídrico que se projeta para 2022, com a tamanha velocidade que surgiu, está nos forçando a entender que precisamos agir rápido. Além do exercício permanente da sustentabilidade, precisamos providenciar novos reservatórios (barragens) para vencermos a crescente demanda e as variações agudas do clima. Como sempre, “a muitas mãos”, com a ajuda de todos os membros dos Comitês PCJ e contando sempre com um “braço forte” que se chama Agência das Bacias PCJ! (GRI 102-14)



Luciano Almeida

*Presidente do CBH-PCJ (Comitê Paulista)
e do PCJ FEDERAL (Comitê Federal)*



| Quem somos



A3P
AGENDA AMBIENTAL NA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Selo de Monitoramento A3P
do Ministério do Meio Ambiente, reconhece
as boas práticas de sustentabilidade.



COMITÊS PCJ
2021 foi um ano de **renovação dos**
Conselhos e Câmaras Técnicas dos
Comitês PCJ.

A Agência das Bacias PCJ

A Agência das Bacias PCJ é considerada uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com estruturas administrativa e financeira próprias, criada e instalada com a participação do Estado de São Paulo, dos Municípios e da Sociedade Civil, segundo as Leis Estaduais (SP) nº 7.663/91 e nº 10.020/98. É Entidade Delegatária (ED) exercendo as funções de Agência de Água conforme previsto no primeiro termo aditivo do Contrato de Gestão nº 033/2020 celebrando com a ANA.

É responsável pela gestão financeira dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos nos rios de domínio do Estado de São Paulo e da União e também dos recursos da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia (CFURH).

A Compensação Financeira – instituída pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 20, § 1º, e regulamentada pela Lei nº 7.990/1989 – corresponde à indenização aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, pelo resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica. (Fonte: ANEEL)

Os recursos arrecadados provenientes das Cobranças PCJ, *royalties* do setor hidrelétrico e CFURH são investidos de acordo com as ações do Plano das Bacias PCJ. (GRI 102-5)

Veja aqui as **Declarações Corporativas da Agência das Bacias PCJ**. (GRI 102-16)

Comitês PCJ

Os Comitês PCJ são colegiados deliberativos e consultivos que promovem a gestão descentralizada e participativa em sua bacia hidrográfica. Deles participam representantes do poder público (federal, estadual e municipal), dos usuários de recursos hídricos e da sociedade civil.

Os Plenários dos Comitês PCJ são a instância de tomada de decisões, que se reúnem de duas a três vezes ao ano para deliberar assuntos que dizem respeito ao gerenciamento dos recursos hídricos. A estruturação em 12 Câmaras Técnicas contribui para que todos os setores da sociedade com interesse nas Bacias PCJ estejam representados na gestão.

Comitês de Bacias Hidrográficas nas Bacias PCJ

CBH-PCJ – Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (comitê estadual paulista);

CBH-PJ1 – Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari (comitê estadual mineiro);

PCJ FEDERAL – Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (comitê federal).

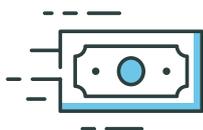


São elas:

- CT-AS: Águas Subterrâneas
- CT-EA: Educação Ambiental
- CT-ID: Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias
- CT-Indústria: Uso e Conservação da Água na Indústria
- CT-MH: Monitoramento Hidrológico
- CT-OL: Outorgas e Licenças
- CT-PB: Plano de Bacias
- CT-PL: Planejamento
- CT-RN: Conservação e Proteção de Recursos Naturais
- CT-Rural: Uso e Conservação da Água no Meio Rural
- CT-AS: Saneamento
- CT-SAM: Saúde Ambiental

O que fazemos

Nossas responsabilidades



Fornecer apoio financeiro e administrativo aos planos, programas, serviços e obras deliberados pelos Comitês PCJ e constantes do Plano das Bacias PCJ;



Promover a capacitação de recursos humanos para o planejamento e gerenciamento de recursos hídricos, de acordo com programa aprovado pelos Comitês PCJ;



Apoiar e incentivar a educação ambiental e o desenvolvimento de tecnologias que possibilitem o uso racional dos recursos hídricos;

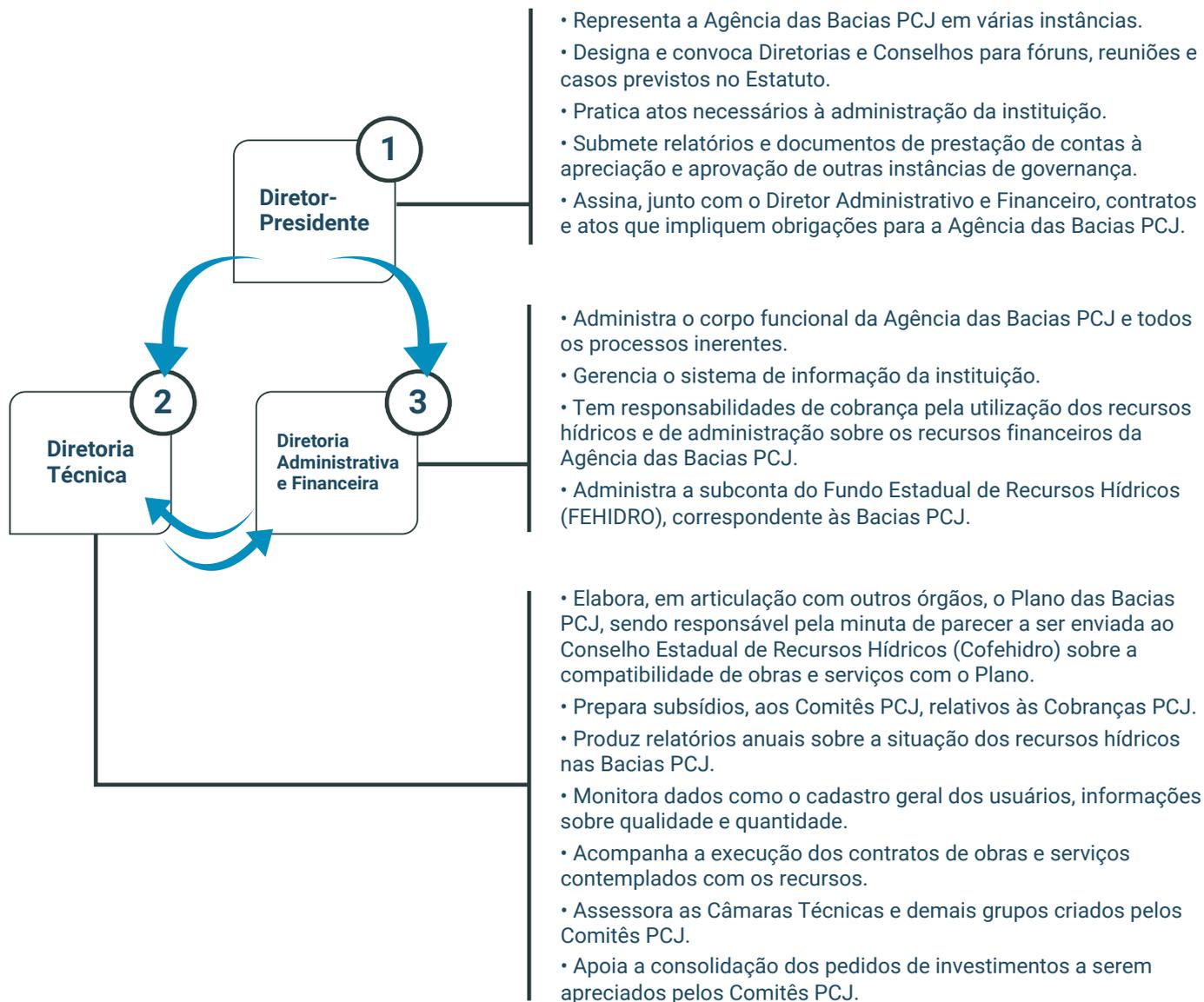


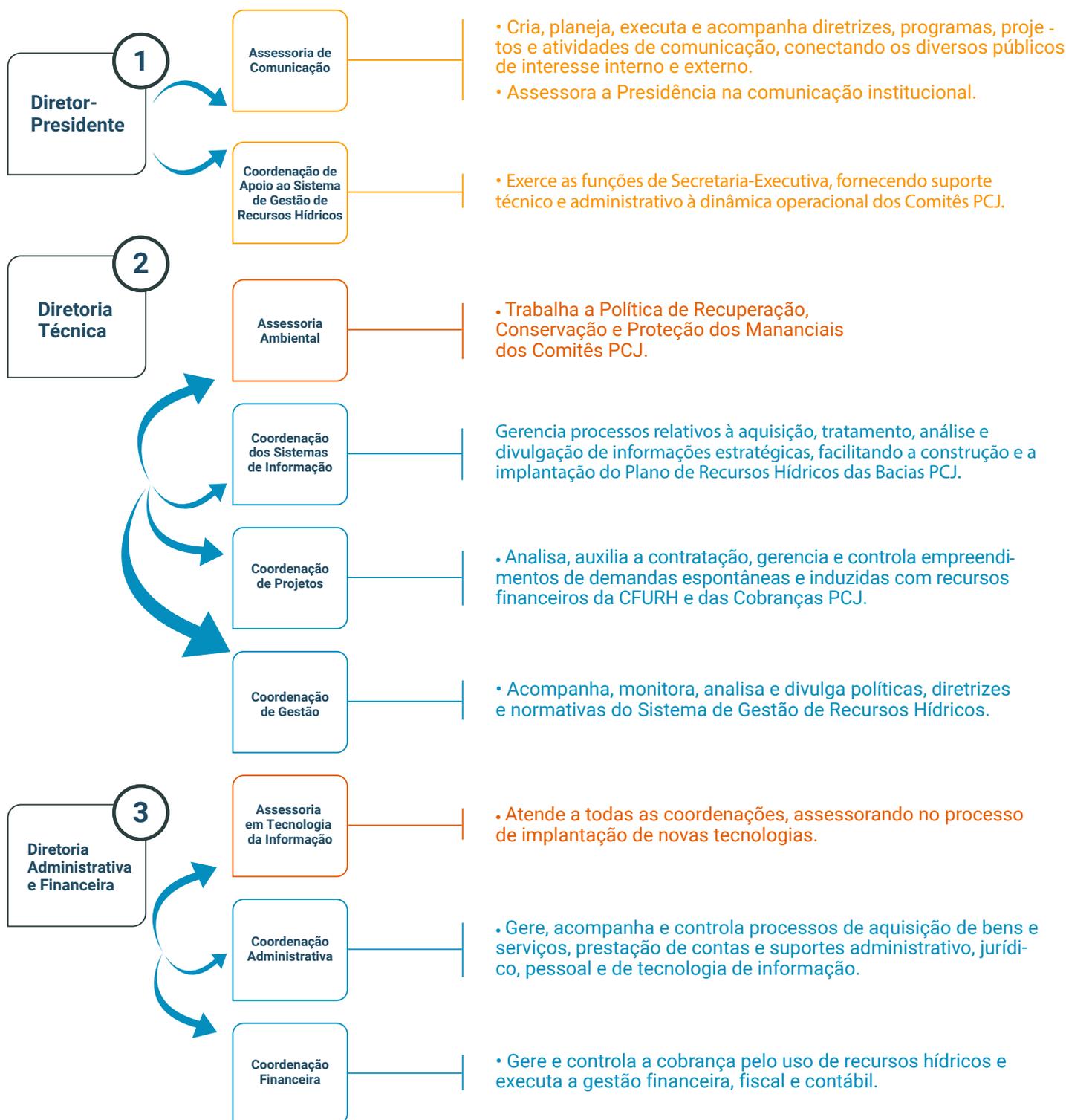
Incentivar, na área de sua atuação, a articulação dos participantes dos Sistemas Nacional e Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos com os demais sistemas setoriais, com os municípios, com o setor produtivo e com a sociedade civil;



Praticar, no campo dos recursos hídricos, ações que lhe sejam delegadas ou atribuídas pelos detentores do domínio de águas públicas.

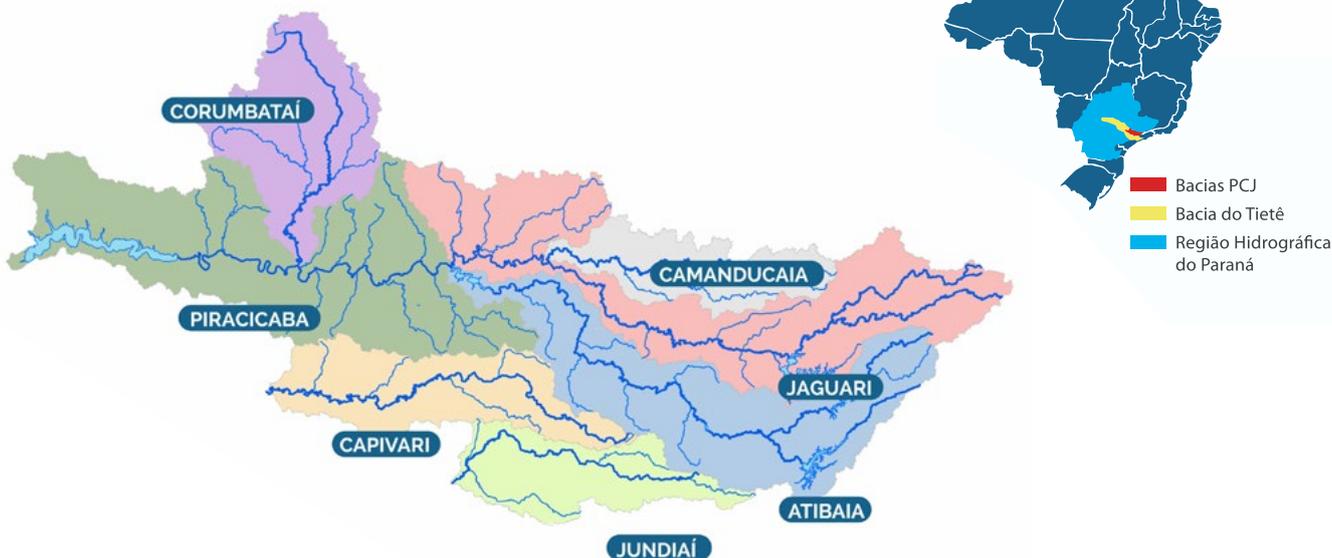
Nossa estrutura





Onde estamos

Nosso território



Mais de 5,85 milhões de habitantes;



17% do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado de São Paulo¹;



76 municípios no total, sendo 71 no Estado de São Paulo e 5 em Minas Gerais;



62 municípios com sede nas áreas de drenagem das Bacias PCJ, sendo 58 na porção paulista e 4 na região mineira;



Dos municípios que têm território na região, **47 estão totalmente inseridos e 29 têm parte do seu território** na região das Bacias PCJ;



Bacia do Rio Piracicaba é a maior da região, em termos de área de drenagem, representando **82%** da área de drenagem total e cerca de **66%** da população residente nas Bacias PCJ;



As Bacias PCJ se subdivide em sete sub-bacias:
Sub-bacia do Rio Atibaia,
Sub-bacia do Rio Camanducaia,
Sub-bacia do Rio Corumbataí,
Sub-bacia do Rio Jaguari,
Sub-bacia do Rio Piracicaba,
Sub-bacia do Rio Jundiá e
Sub-bacia do Rio Capivari.

(GRI 102-3, 102-4, 102-6, 102-7)

¹Fonte: Plano das Bacias PCJ 2020-2035



Saiba mais

Sustentabilidade Corporativa

Atuação sustentável

A gestão dos recursos financeiros pela Agência das Bacias PCJ, orientada para os impactos ambientais, sociais e econômicos, é vital para um território como o das Bacias PCJ, que garante o abastecimento de água a mais de 5,85 milhões de pessoas.

A geração de valor é inerente à cobrança pelo uso dos recursos hídricos, já que os recursos arrecadados sempre retornam às Bacias PCJ em projetos e obras que visam à melhoria da gestão dos recursos hídricos.

Internamente, a sustentabilidade está inserida nos processos e projetos da Agência das Bacias PCJ, que é signatária de iniciativas como o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P, do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Compromissos públicos

A Agência das Bacias PCJ foi a primeira do mundo, em seu segmento, a aderir ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2018. A Agência das Bacias PCJ iniciou um novo ciclo em 2021, visando ao processo de prestação de contas junto à iniciativa, que deve acontecer em 2023.

As ações voltadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) têm foco, principalmente, no ODS 6, cujo objetivo é “assegurar disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos”. Veja na figura a seguir a relação de todos os ODS que norteiam a atuação da Agência das Bacias PCJ.

A instituição também integra o Programa A3P do MMA, voltado às práticas de sustentabilidade nos órgãos públicos, e é signatária do Pacto de Paris sobre a água e a adaptação às mudanças climáticas nas bacias dos rios, lagos e aquíferos. Este último, que envolve diversos atores e é promovido pela Rede Internacional de Organismos de Bacias (RIOB), tem como objetivo central integrar a gestão da água no plano de ação contra a mudança global do clima.

Reforçam a atuação sustentável da instituição projetos como o ED Digital – Papel Zero, a certificação ISO 9001 e a própria adoção das GRI Standards, que orientam o conteúdo deste relatório. (GRI 102-12)



Pacto Global
Rede Brasil

Iniciativa que mobiliza a comunidade empresarial internacional para a adoção de valores fundamentais nas áreas de direitos humanos, relações trabalhistas, meio ambiente e combate à corrupção.



Saiba mais



Reúne sociedade civil, governos e setor privado em uma agenda mundial a favor das pessoas, do planeta, da paz e da prosperidade.



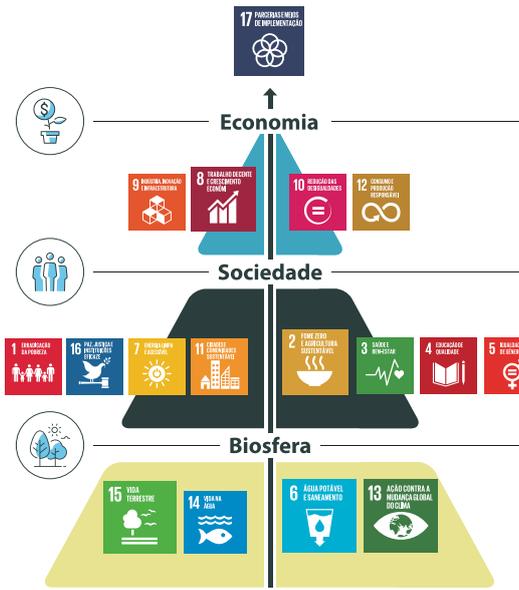
Saiba mais



Programa do Ministério do Meio Ambiente que busca promover e incentivar as instituições públicas no país a adotarem e implantarem ações na área de responsabilidade socioambiental em suas atividades internas e externas.



Saiba mais



Os ODS compõem uma agenda mundial com 17 objetivos ambiciosos e interconectados que abordam os principais desafios de desenvolvimento enfrentados por pessoas no Brasil e no mundo. No contexto da Agência das Bacias PCJ foram abordados, de forma mais efetiva, os ODS 2, 6, 8, 13, 15 e 17, conforme destacados na imagem ao lado.

Saiba mais

Boas práticas de sustentabilidade

Ao aderir ao Programa A3P, em 2018, a Agência das Bacias PCJ estruturou um plano de trabalho que implicou na adoção de boas práticas relacionadas às questões de sustentabilidade. As iniciativas são coordenadas por uma Comissão de Acompanhamento e um Comitê Operacional, com diretrizes para a efetivação do Programa, estabelecimento de metas e indicadores e cumprimento das ações.

O Plano de Gestão Socioambiental (PGS) que orienta os processos e a gestão possui ações em seis eixos temáticos do Programa (veja figura ao lado) e horizonte de cinco anos para execução (até 2023).



Conscientização em casa

Desde o início da pandemia da Covid-19 no Brasil, em março de 2020, o distanciamento social exigiu mudanças no acompanhamento de algumas ações planejadas, o que vem se refletindo nos status do PGS. Iniciativas relacionadas à segregação de resíduos (eixo 2), por exemplo, envolveram conscientização por meio de uma campanha de comunicação, com orientações para a adoção de boas práticas a serem aplicadas em casa.

A campanha teve foco na destinação correta dos resíduos residenciais, com orientações por meio de textos e cartazes, enviados por e-mail aos colaboradores, e programação mensal voltada a materiais diversos, como papel, papelão, plástico, isopor, esponja de lã de aço, materiais têxteis e tubos de creme dental, entre outros. Devido ao sistema de trabalho em home office na maior parte do ano de 2021, não foi possível quantificar os resíduos gerados e destinados pelos colaboradores.

ONDE DESCARTAR?
TIPOS DE PAPÉIS

Você sabia que apesar do papel ser um dos itens principais da coleta seletiva de resíduos, nem todos os tipos têm potencial para reciclagem?

Confira abaixo quais são recicláveis e faça a separação adequadamente

RECICLÁVEL	NÃO RECICLÁVEL
Papel para escrita	Papel vegetal
Jornais/panfletos/revistas	Papel celofane
Papel de embrulho	Papéis encerados
Papéis seda	Papel carbono
Papelão	Papéis sanitários usados
Cartolinas	Papéis sujos, engordurados
Papel Kraft	Fotografias
Papel heliográficos	Fitas e etiquetas adesivas
Aparas de papel	Papéis de extratos bancários



Quer saber como descartar outros materiais?
 Encaminhe sua dúvida para
sustentabilidade@agencia.baciaspcj.org.br



Ações reconhecidas

Em 2021, pelo segundo ano consecutivo, o Ministério do Meio Ambiente concedeu à Agência das Bacias PCJ o Selo de Monitoramento A3P, como reconhecimento às boas práticas de gestão baseadas em conceitos de sustentabilidade.

O reconhecimento é referente ao ano de 2020 e atesta o empenho da instituição no cumprimento das atividades e preenchimento do Sistema de Monitoramento da A3P – RESSOA, do Ministério do Meio Ambiente, além da entrega do Relatório de Monitoramento Anual de Implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), que complementa as informações apresentadas no respectivo sistema.

Mesmo em um ano atípico, os resultados alcançados ao longo de 2020 são expressivos. Confira alguns deles:

- Aumento de 7% nas licitações sustentáveis em comparação a 2019;
- Mais de 30 quilos de papel fragmentado destinados à coleta seletiva;
- Quase 450 horas certificadas de capacitações internas e mais de 4.200 de capacitações externas, em um total de 387 cursos.

Gestão e estratégia

Gestão dos recursos hídricos

Um dos maiores desafios da gestão dos recursos hídricos é garantir a disponibilidade de água, em qualidade e quantidade, e em equilíbrio com os usos e atividades econômicas da população. A Política Nacional de Recursos Hídricos prevê instrumentos para a gestão dos recursos hídricos nos âmbitos federal, estadual e de bacias hidrográficas.

O Plano de Bacias é uma das ferramentas para o planejamento das iniciativas necessárias à recuperação e conservação desses recursos, orientando a compatibilização entre oferta e demanda de água para todo o território de abrangência das bacias.



Dra. Maria Luiza Machado Granziera

Consultora em Direito voltado à Gestão de Recursos Hídricos.

As políticas de recursos hídricos que incidem no território das Bacias PCJ geram a necessidade de uma gestão participativa e descentralizada. Os Comitês PCJ são um dos mais atuantes e bem-sucedidos em termos de gestão de recursos hídricos, e a Agência das Bacias PCJ faz parte deste sistema. Nesse modelo de atuação, é perceptível que governança, boa-fé, transparência e participação - princípios da administração pública e da gestão de água - são aplicados neste território."

Exercício das funções de Agência de Água

A Fundação Agência das Bacias PCJ exerce as funções de Agência de Água deste território desde o início de sua implantação, em 2010. Em 2020, essa delegação de competência, concedida pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), a instância mais alta na hierarquia do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), foi prorrogada por 15 anos.

O exercício das funções de Agência de Água das Bacias PCJ está estipulado em um novo contrato celebrado com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) – **Contrato de Gestão nº 033/2020/ANA** – que passou a vigorar em 2021, com prazo de vigência até 2025.

Acompanhamento e participação em agenda da ANA

Com a celebração do novo contrato de gestão com vigência até 2025, em 2021, a ANA realizou uma série de capacitações e rodas de conversa com as Entidades Delegatárias e os Comitês de Bacias, visando o alinhamento com a realidade do novo contrato, e destacando as iniciativas a seguir.

- Rodas de conversa sobre “Cobrança pelo uso da água – metodologias para cálculo e experiências de implementação” e “Comitês de Bacia e seus Desafios na Aplicação de Recursos da Cobrança”;
- Encontros sobre diversos temas: Avaliação de Desempenho de Planos de Recursos Hídricos e pactuação para a sua utilização; Encontro das Auditorias Internas da ANA e do IGAM com as Entidades Delegatárias de funções de Agências de Água; Estratégias e arranjos para implementação das ações dos planos interestaduais; II Fórum de Boas Práticas de Contratações e Gestão de Contratos; e A importância da Governança Corporativa nas Entidades Delegatárias;
- Oficinas de gestão de riscos e sobre a Resolução ANA nº 53, de 4 de dezembro de 2020.

Planejamento Estratégico dos Comitês PCJ 2022-2025

Os Comitês PCJ elaborou, em 2021, seu Planejamento Estratégico baseado na metodologia *Balanced Scorecard* (BSC), buscando manter o aprendizado dos direcionamentos estratégicos anteriores, bem como aperfeiçoar as formulações das estratégias, para fazer frente aos novos desafios do futuro.

O Mapa Estratégico dos Comitês PCJ retrata os desafios da instituição para o período de 2022 a 2025 e é fruto de um exercício amplo de análise de perspectivas, que contou com a contribuição e engajamento do Grupo de Trabalho do Planejamento Estratégico (GT-Planejamento Estratégico), constituído por membros dos referidos comitês.

As ações para os próximos anos estão distribuídas segundo perspectivas estratégicas organizadas em três dimensões: Sociedade e Usuários; Organização, Estrutura e Processos Internos; e Pessoas, Gestão e Governança.

Perspectivas estratégicas



Reconhece a relevância estratégica do envolvimento dos públicos interessados nas tomadas de decisão relacionadas ao uso da água.



Indica as práticas para a melhoria contínua relacionadas à organização, à estrutura e aos processos internos em que será necessário centralizar esforços para potencializar seus resultados.



Reflete a importância do capital humano e da eficácia da implementação, de forma participativa, das políticas públicas de gestão de recursos hídricos.

Plano das Bacias PCJ

A Câmara Técnica do Plano das Bacias (CT-PB) dos Comitês PCJ é responsável por acompanhar a implementação das ações e investimentos do Plano das Bacias PCJ e o GT-Implementação é o Grupo Técnico responsável por debater as estratégias para a gestão da implementação do referido Plano.

Entre as premissas para o processo de implementação do Plano das Bacias PCJ estão:

- Planejamento como processo contínuo e em constante aprimoramento;
- Observância às prioridades elencadas no documento;
- Integração com outros instrumentos de planejamento e acompanhamento já existentes no âmbito dos Comitês PCJ e da Agência das Bacias PCJ;
- Engajamento de atores-chave (instituições com alto potencial de contribuir para o processo de implementação de ações e o atendimento das metas), com a definição de interlocutores para subsidiar o acompanhamento e o fomento à implementação do Plano;
- Publicidade no processo de gestão da implementação.

Em junho de 2021, de forma proativa, a CT-PB dos Comitês PCJ promoveu o webinar “Alternativas de Financiamento para o setor de Saneamento e Recursos Hídricos”, reunindo instituições de financiamento nacionais e internacionais, buscando orientar as cidades da região sobre as possibilidades de custeios para suas obras.

Plano de Aplicação Plurianual (PAP)

Conforme consta no Contrato de Gestão ANA o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) se apresenta como uma importante ferramenta de apoio para a execução das ações previstas no Plano das Bacias PCJ com recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios do domínio da União – Cobrança PCJ Federal. O documento integra programas e subprogramas, deliberados pelos Comitês PCJ, com foco no alcance das metas do Plano de Bacias, além da estimativa da disponibilidade de recursos financeiros para aplicação em cada um dos referidos programas.

O novo PAP com horizonte 2021-2025 já entrou em vigor com metodologia padronizada pela ANA para todas as entidades delegatárias, contemplando metas físicas e financeiras.

No primeiro semestre de 2022, será submetido a uma revisão, em virtude da liberação dos recursos financeiros da Sabesp, cujo pagamento estava sendo depositado em juízo desde 2019 (saiba mais em **Desempenho econômico**). (GRI 102-10)

Outros instrumentos do orçamento

A partir de 2021, o PAP contempla, como instrumento para o desembolso dos recursos destinados às Bacias PCJ, o Plano de Execução Orçamentária Anual (POA), que detalha as ações a serem executadas em cada ano de vigência do Contrato de Gestão ANA. É elaborado considerando a capacidade operacional e financeira da entidade delegatária, com a previsão anual dos recursos financeiros arrecadados por meio da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União – Cobrança PCJ Federal na bacia hidrográfica.

Já a aplicação dos recursos do Fundo Estadual dos Recursos Hídricos (FEHIDRO), que engloba a Cobrança PCJ Paulista e a CFURH, é orientada pelo Plano de Ação e Programa de Investimento (PA/PI). Com horizonte de quatro anos (sendo o vigente de 2020-2023), é estruturado por meio de Programas de Duração Continuada (PDCs) e Subprogramas (subPDCs). Embora não haja um instrumento separado como o POA, seu plano orçamentário pode ser atualizado anualmente.

Atestado de qualidade - ISO 9001:2015

Entre o fim de 2020 e início de 2021, a Agência das Bacias PCJ foi submetida a pré-auditoria, quando atendeu a todos os requisitos da certificação ISO 9001:2015. Até o fechamento deste relatório, a instituição aguardava a programação da Auditoria de Certificação presencialmente.

Em função da pandemia pelo Covid-19, a instituição espera que a partir de 2022 seja possível a retomada da programação com a Auditoria de Certificação, uma vez que o que todo o processo precisa ser realizado de modo presencial. A ISO 9001 é uma norma internacional que especifica requisitos para um Sistema de Gestão da Qualidade. Sua implantação é resultado de meta estabelecida em Contrato de Gestão celebrado com a ANA para aprimorar e padronizar os processos e procedimentos da Agência das Bacias PCJ, na busca pela excelência no atendimento das demandas dos Comitês PCJ e de apoio ao planejamento na gestão de recursos hídricos.

Planejamento estratégico da Agência das Bacias PCJ

Em 2021, a Agência das Bacias PCJ registrou avanços em seu planejamento estratégico 2020-2023 principalmente nas ações relacionadas à Tecnologia da Informação, a partir da implementação do sistema de Gestão Arquivística de documentos (veja mais em **Papel Zero é implantado**).

Baseado na metodologia *Balanced Scorecard* (BSC), Indicadores Balanceados de Desempenho, na tradução do inglês, o Planejamento Estratégico traz perspectivas para a atuação da instituição em três frentes: pessoas e infraestrutura, processos internos, e resultados. Para cada perspectiva, foram definidos objetivos estratégicos e iniciativas, resultando num total de 34 objetivos estratégicos e 71 ações.

TI em estruturação

Para suportar os novos desafios de gestão e governança na Agência das Bacias PCJ, em 2021 a área de Tecnologia da Informação (TI) iniciou uma série de iniciativas, como a sustentação do ambiente tecnológico, visando à disponibilidade dos sistemas e infraestrutura, com o objetivo de atender às demandas dos usuários diretos e indiretos da instituição. Além da estruturação de uma nova equipe para a área, também foram revisitadas as diretrizes, responsabilidades, recursos e processos de TI já implantados, para embasar o desenvolvimento de um novo plano inicial de Governança de TI na Agência das Bacias PCJ.

Governança corporativa

Boas práticas de governança corporativa

Seguindo as boas práticas do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) para alguns processos internos, a Agência das Bacias PCJ adota como princípios básicos de Governança Corporativa a prestação de contas, a transparência e a responsabilidade corporativa.

Como forma de aperfeiçoar a governança na instituição, a Agência das Bacias PCJ prevê para 2022 a implantação de um sistema de gerenciamento de riscos dos projetos contratados, que também atende a uma exigência da certificação ISO 9001:2015. Para isso, serão mapeados os riscos de natureza de contratação e execução de contratos e estabelecidas medidas de mitigação para cada uma das categorias.

Prestação de contas

A prestação de contas é feita para oito diferentes instâncias, com periodicidades que variam de acordo com as regras de cada uma:

1. Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)
2. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP)
3. Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP)
4. Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO)
5. Comitês PCJ
6. Conselho Deliberativo da Agência das Bacias PCJ
7. Conselho Fiscal da Agência das Bacias PCJ
8. Auditoria Independente (contratada por meio de processo licitatório)

A Agência das Bacias PCJ ainda disponibiliza informações de forma proativa e faz parte do Sistema Integrado de Informações ao Cidadão do Estado de São Paulo (SIC.SP), estrutura do Arquivo Público do Governo do Estado de São Paulo.

Com o advento da pandemia da Covid-19, os órgãos de controle externos passaram a adotar o sistema de prestação de contas de forma eletrônica, o que passou a vigorar de forma mais consolidada em 2021. Da mesma forma, algumas das auditorias destes órgãos, como a própria ANA, já foram feitas de forma virtual. (GRI 102-10, 102-15, 102-18)

Código de Ética

O Código de Ética da Agência das Bacias PCJ, aprovado pelos Conselhos Fiscal e Deliberativo, reforça a governança robusta e a gestão da instituição orientada para a integridade e a transparência. O documento reflete a cultura comportamental adotada na instituição, com base nas Declarações Corporativas, norteando as relações entre seus colaboradores e também com seus parceiros e o público externo. Saiba mais no capítulo **Ética e integridade**. (GRI 102-16)

Lei Geral de Proteção de Dados

A partir de 2021, todos os contratos feitos entre a Agência das Bacias PCJ e fornecedores contemplam cláusulas associadas à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei nº 13.709/2018), referentes aos deveres e responsabilidades sobre dados pessoais e técnicos, muitas vezes sigilosos, de ambas as partes.

Estrutura de governança e poder decisório

A estrutura de governança da Agência das Bacias PCJ é composta por Conselho Deliberativo, Diretoria e Conselho Fiscal. As normas de organização, funcionamento dos órgãos e as atribuições dos dirigentes estão detalhadas no Estatuto da Agência das Bacias PCJ. Os membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal são indicados pelas respectivas entidades eleitas, exercendo seus mandatos de forma voluntária, pelo período de dois anos.

Comissões, Comitês e Grupos de Trabalho da Agência das Bacias PCJ – formados por colaboradores – são responsáveis por tomadas de decisões, com validação das Diretorias da instituição, num processo dinâmico e participativo. (GRI 102-18)



Saiba mais

Comissões e comitês internos em 2021

- Comissão de Pregão;
- Comissão de Seleção e Julgamento (acompanhamento e supervisão dos trabalhos relativos às seleções de fornecedores);
- Comissão de Licitação;
- Comitê de Qualidade;
- Comissão de Desfazimento;
- Comissão de Inventário;
- Comitê de Ética;
- Comissão A3P;
- Comitê Operacional A3P;
- Comissão de Sindicância;
- Comissão de Avaliação de Documentos e Acessos;
- Comitê de TI;
- Grupo de Trabalho – Modelos Padronizados;
- Comissão Relatório Institucional – 2021;
- Comissão da Revista de Gestão – 2021 ano base 2020; e
- Comissão de Seleção de Projetos dos Editais dos Recursos da Cobranças PCJ.

Conselheiros e Diretoria tomam posse para o biênio 2022-2023

Em 29 de outubro de 2021, no auditório do Museu da Água de Piracicaba, tomaram posse os novos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Agência das Bacias PCJ, com mandatos para o biênio 2022-2023.

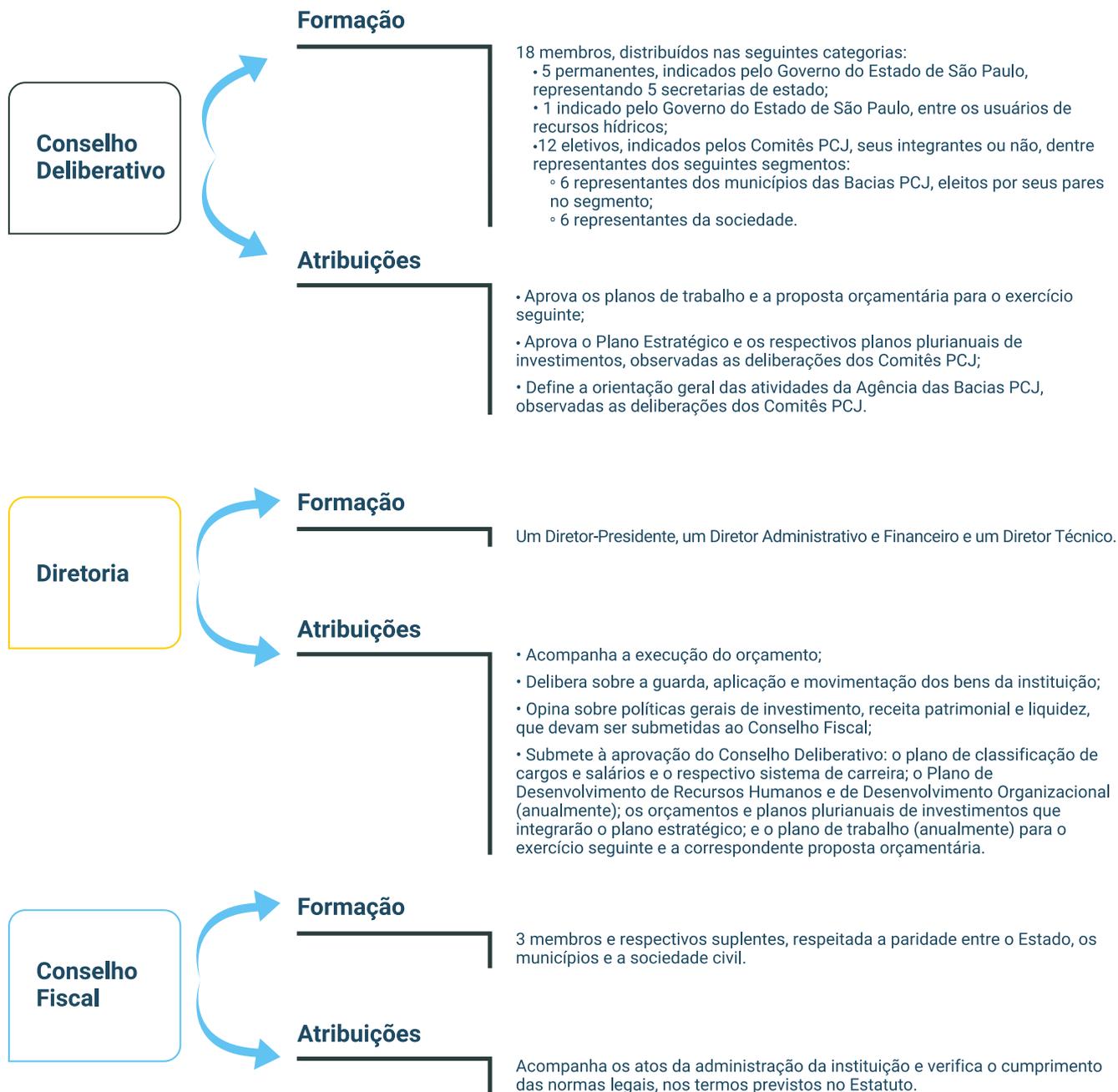
O Conselho Deliberativo é composto por dezoito membros, que têm como principais atribuições apreciar e manifestar-se até o final de abril de cada ano sobre o relatório das atividades, a prestação de contas e o balanço geral do exercício anterior.

Já o Conselho Fiscal é constituído de três membros e seus respectivos suplentes, respeitado em sua composição a paridade entre o estado, os municípios e a sociedade civil. Suas competências também estão previstas estatuto da Agência das Bacias PCJ, dentre as quais a de opinar sobre o relatório anual de atividades, analisar o balanço geral e aprovar a prestação de contas.

No mesmo evento, os membros dos Conselhos deliberaram o cargo de Diretor-Presidente da Agência das Bacias PCJ, encaminhado por indicação dos plenários dos Comitês PCJ. Por unanimidade, Sergio Razera teve o mandato renovado para o próximo biênio e se manifestou pela manutenção de Ivens de Oliveira como Diretor Financeiro e Administrativo e Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi como Diretora Técnica para acompanhá-lo no novo período.

Confira em **informações institucionais** os membros eleitos dos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

Formação e atribuições dos órgãos





André Luiz Sanchez Navarro

Secretário Executivo dos Comitês PCJ.

O apoio logístico que a Agência das Bacias PCJ presta para as Câmaras Técnicas é uma maneira de manter a governança sobre o uso da água nas Bacias PCJ em discussão constante e em alto nível. E este é um diferencial dos Comitês PCJ.”

Eleição de coordenações das Câmaras Técnicas

Em 2021 também foram eleitas as coordenações das 11 Câmaras Técnicas (CTs) dos Comitês PCJ para a gestão 2021-2023, em reunião virtual, que contou com a participação de mais de 500 pessoas. A atuação das câmaras técnicas dos Comitês PCJ concretizam o modelo participativo da gestão, na qual todos os seus membros têm direito à voz e espaço. São 11 CTs temáticas que atestam a importância da variedade de visões técnicas no gerenciamento dos recursos hídricos, gerando embasamento para as decisões dos Comitês PCJ.

A posse da coordenação aconteceu logo após a eleição, com a definição da agenda de reuniões para os próximos dois anos, criação ou recomposição de grupos de trabalho e organização para a elaboração dos Planos de Trabalho.

As Câmaras Técnicas que elegeram suas coordenações foram as de Outorgas e Licenças (CT-OL); Conservação e Proteção dos Recursos Naturais (CT-RN); Monitoramento Hidrológico (CT-MH); Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias (CT-ID); Águas Subterrâneas (CT-AS); Saneamento (CT-SA); Saúde Ambiental (CT-SAM); Educação Ambiental (CT-EA); Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural); Plano de Bacias (CT-PB) e Uso e Conservação da Água na Indústria (CT- Indústria).



A3P

3
QUALIDADE DE VIDA
no ambiente
de trabalho

4
Sensibilização e
CAPACITAÇÃO
dos colaboradores

PACTO GLOBAL

ODS

3 SAÚDE E
BEM-ESTAR

4 EDUCAÇÃO DE
QUALIDADE

6 ÁGUA POTÁVEL
E SANEAMENTO

10 REDUÇÃO DAS
DESIGUALDADES

17 PARCERIAS E MEIOS
DE IMPLEMENTAÇÃO

4,46% foi o aumento da Demonstração de Valor Adicionado em relação ao exercício de 2020.

Em 2021 foi efetivamente implantado o novo sistema de cadastro e cálculo da Cobrança PCJ Paulista

Desempenho Econômico

Cobrança pelo uso dos recursos hídricos

Por muito tempo, a água foi considerada um recurso natural infinito. Porém, o crescimento da população e das atividades econômica vem impactando cada vez mais a disponibilidade sobre as reservas de água, que são finitas. Assim, há a necessidade de estabelecer limites ao consumo dos recursos hídricos, bem como identificar todos aqueles que se utilizam desse bem público cada vez mais escasso para garantir água em boa quantidade e qualidade para as atuais e futuras gerações.

Os principais objetivos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos são estimular a utilização racional e sustentável da água, para conter os desperdícios e seu uso indevido, além de financiar investimentos na recuperação e preservação das bacias hidrográficas. Os valores são cobrados de usuários que fazem uso da água para captação, consumo e lançamento de efluentes.

O cálculo considera os volumes de água captados (água superficial e subterrânea), os volumes de água consumidos, a transposição de bacias e a carga orgânica (DBO, sigla para Demanda Bioquímica de Oxigênio) lançada nos corpos d'água. (GRI 103-2, 201-Desempenho econômico).

Veja no capítulo "Água, bem público limitado, dotado de valor econômico da **Revista Gestão Bacias PCJ 2021, ano base 2020**", o histórico das cobranças pelos usos dos recursos hídricos nas Bacias PCJ.

A cobrança pelo uso de recursos hídricos é um dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos e representa a remuneração pelo uso de um bem público.

Para onde vão os recursos arrecadados?

Sob critérios de seleção e hierarquização, essencialmente técnicos e de domínio público, a aplicação dos recursos financeiros provenientes das Cobranças PCJ e CFURH é destinada a estudos, planos, projetos, serviços e obras deliberados pelos Comitês PCJ. As iniciativas contratadas devem estar em consonância com o Plano das Bacias PCJ e atender a todos os pré-requisitos legais estabelecidos anualmente pelos Comitês PCJ para a obtenção de tais recursos.



Guilherme Fernandes Marques

Professor do Instituto de Pesquisas Hidráulicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IPH/UFRGS).

A sustentabilidade financeira para todas as ações relacionadas com a gestão, incluindo a manutenção da própria Agência, depende de um bom planejamento financeiro, capaz de avaliar de forma integrada as demandas por recursos (tanto ações do plano quanto o apoio técnico-executivo da Agência). A cobrança pelo uso da água é um elemento chave nesse planejamento, com potencial já demonstrado de financiar a inteligência gerencial e administrativa necessária ao Comitê da Bacia Hidrográfica (CBH), hoje provida pela Agência de Bacias PCJ.”

Desempenho econômico em 2021

Apesar de ser mais um ano desafiador para a Agência das Bacias PCJ, 2021 chegou ao fim com perspectivas positivas para o orçamento com a retomada do pagamento pela Sabesp, que efetuava depósitos em juízo desde 2019.

Após negociações entre os Comitês PCJ, a própria Agência e a ANA, a Sabesp retomou com os pagamentos da parcela considerada incontroversa no exercício 2021.

O valor total, representou um acréscimo de cerca de R\$ 10,6 milhões ao caixa, conferindo mais previsibilidade e segurança no planejamento para a retomada de muitos investimentos nas Bacias PCJ, conforme o Plano de Bacias. (GRI 201-1)

Demonstração de Valor Adicionado (em R\$)

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) apresenta a contribuição da Agência das Bacias PCJ para a geração de riqueza na economia e sua respectiva distribuição para os colaboradores, governo, terceiros, dentre outros *stakeholders*.

Em 2021, a DVA da Agência das Bacias PCJ foi de R\$ 2.673.177,65, com aumento de 4,46% em relação ao exercício de 2020.

Apuração do valor adicionado	2021
Receita	17.488.833,59
Receitas das atividades (Federal)	15.122.776,50
Receitas das atividades EDDigital (Federal)	36.023,40
Receitas das atividades (Estadual)	2.131.489,11
Receitas das atividades (Secret. Exec. Comitês)	198.544,58

Apuração do valor adicionado	2021
Receitas das atividades (EcoCuencas)	0,00
Outras Receitas	0,00
Recursos públicos contabilizados como Receitas	0,00
Insumos adquiridos de terceiros	-14.969.168,98
(-) Serviços de terceiros (Federal)	-30.910,18
(-) Serviços de terceiros (Estadual)	-131.550,69
(-) Materiais, energia e outros (Federal)	-40,00
(-) Materiais, energia e outros (Estadual)	-28.772,08
(-) Outros custos e despesas operacionais (Federal)	-14.296.993,79
(-) Outros custos e despesas operacionais EDDigital (Federal)	0,00
(-) Outros custos e despesas operacionais (Estadual)	-285.727,94
(-) Outros custos e despesas operacionais (Secret. Exec. Comitês)	-195.174,30
(-) Outros custos e despesas operacionais (EcoCuencas)	0,00
Valor Adicionado Bruto	2.519.664,61
(-) Depreciações, amortização e exaustão (Federal)	-43.770,04
(-) Depreciações, amortização e exaustão EDDigital (Federal)	-36.023,40
Valor Adicionado Líquido produzido pela Instituição	2.439.871,17
Receitas Financeiras (Estadual)	233.306,48
Doações recebidas	0,00
Resultado de equivalência patrimonial e dividendos	0,00
Outras	0,00
Total do Valor Adicionado	2.673.177,65
DESTINAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
Remuneração do trabalho (pessoal encargos e benefícios) - Federal	730.899,32
Remuneração do trabalho (pessoal encargos e benefícios) - Estadual	706.455,45
Participação dos empregados	0,00

Apuração do valor adicionado	2021
Impostos, Taxas e contribuições (Federal)	14.011,17
Impostos, Taxas e contribuições (Estadual)	419.408,31
Impostos, Taxas e contribuições (Secret. Exec. Comitês)	1.405,53
Impostos, Taxas e contribuições (EcoCuencas)	0,00
Capital de terceiros	
Despesas financeiras (Estadual)	46.682,65
Despesas financeiras (Secret. Exec. Comitês)	1.964,75
Despesas financeiras (EcoCuencas)	0,00
Aluguéis/Condomínios pagos (Federal)	6.152,00
Aluguéis/Condomínios pagos (Estadual)	218.995,58
Superávit ou Déficit do exercício (Estadual)	527.202,89
Total do Valor Destinado	2.673.177,65

Data base dezembro de 2021

(GRI 102-45, 201-1)

Implementado novo cadastro da Cobrança PCJ Paulista

Após operação assistida, em 2021 foi efetivamente implantado o novo sistema de cadastro e cálculo da Cobrança PCJ Paulista. Trata-se de uma plataforma integrada ao Sistema de Outorga Eletrônica do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), favorecendo a integração entre os órgãos, tornando a troca de informações mais clara e segura.

No **portal**, o usuário (serviços de abastecimento público, indústrias, hotéis, shoppings, hospitais, entre outros) consegue atualizar seus dados cadastrais, fazer simulações sobre valores de novas outorgas, apresentar laudos de medição de hidrômetros e previsão de utilização de água, entre outros dados.

Contratados estudos para revisão dos valores das cobranças

Após adiamento em 2020, em decorrência da pandemia da Covid-19, em 2021 foi retomado o processo de contratação de empresa especializada para a elaboração de estudos visando o aperfeiçoamento do instrumento de cobrança, mediante a revisão dos mecanismos e valores das Cobranças PCJ (estadual paulista e federal). A previsão é de que em 2022, os estudos sejam iniciados.

Nova sistemática de emissão de boletos

Em 2021, a Agência das Bacias PCJ alterou os procedimentos para emissão dos boletos da Cobrança Estadual Paulista, passando de dois lotes – com vencimentos de janeiro a maio (1º lote) e junho a dezembro (2º lote) – para um lote único com até oito parcelas, com vencimentos nos últimos dias úteis dos meses de abril a novembro.

A mudança tem como objetivos melhorar o entendimento pelo usuário sobre a cobrança, atualizar os procedimentos com base em experiências de outras bacias hidrográficas e padronizar o número de boletos com metodologia adotada pela ANA para a Cobrança Federal.

Mudanças climáticas e riscos financeiros

A resiliência frente às mudanças climáticas é um fator crítico para a gestão dos recursos hídricos da região e representa um dos principais desafios das Bacias PCJ. Chuvas abaixo da média, por exemplo, representam risco de falhas de abastecimento. Impactos na captação de água, por consequência, podem resultar em redução dos recursos financeiros arrecadados.

Embora não haja uma análise específica de riscos e oportunidades decorrentes das mudanças climáticas, o tema é relevante para a Agência das Bacias PCJ, que assume compromissos para minimizá-los. O Pacto de Paris, do qual a instituição é signatária, é uma das iniciativas públicas nesse sentido, que tem, como objetivo central, integrar a gestão da água no plano de ação contra a mudança global do clima (**veja mais em Compromissos públicos**).

Em 2021, a Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ, juntamente com as outras CTs, criou o Grupo Técnico GT-Estiagem, com o propósito de definir medidas coletivas e integradas destinadas a incentivar o uso eficiente da água nas Bacias PCJ pelos setores usuários – cidades, indústrias e o meio rural. Neste sentido, os Comitês PCJ lançaram o “Movimento PCJ pelo uso eficiente da água”, em que cada segmento envolvido é convidado a se mobilizar e mostrar resultados dentro do seu perfil de consumo. Saiba mais em **Água, efluentes e resíduos**. (GRI 103-1, 201-2)

Previsão hidrometeorológica

Uma das frentes de ação para o enfrentamento das mudanças climáticas contempla os serviços de previsão hidrometeorológica, que representam importante instrumento para liberações de vazões do Sistema Cantareira. As previsões meteorológicas e probabilísticas de vazão para pontos de controle da outorga do Sistema Cantareira são disponibilizadas pelo Sistema de Previsão Hidrometeorológica das Bacias PCJ (SPHM-PCJ), conforme contrato celebrado entre a Agência das Bacias PCJ e o Sistema Meteorológico do Paraná (SIMEPAR). As informações fornecidas dão subsídios à Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH) dos Comitês PCJ, bem como ao DAEE, e para embasar tomadas de decisão sobre as vazões a serem descarregadas. (GRI 103-2, 201-2).



A3P



PACTO GLOBAL



ODS



 Mais de **R\$ 808 milhões** investidos nas Bacias PCJ até 2021.

 **90%** é o índice de oferta urbana de água tratada na maioria dos municípios das Bacias PCJ.

Impactos Econômicos Indiretos

Investimentos no território das Bacias PCJ

A Agência das Bacias PCJ assume importante papel na dinâmica socioeconômica da região das Bacias PCJ, já que o montante arrecadado com as Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos nas Bacias PCJ (estadual paulista e federal) é investido no próprio território.

Em 15 anos de investimentos com recursos das Cobranças PCJ (estadual paulista e federal), vários municípios registraram melhora significativa nos patamares do tratamento de esgoto, controle de perdas hídricas, proteção dos corpos d'água, impulsionando direta e indiretamente a melhoria nas condições de saúde, o desenvolvimento tecnológico na busca de melhores alternativas, o aumento nos postos de trabalho, a integração e articulação institucional e a conscientização sobre o uso sustentável dos recursos naturais.

Destaca-se que, além dos recursos financeiros provenientes das Cobranças PCJ (estadual paulista e federal) as Bacias PCJ contam com os recursos financeiros da Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos pelo setor hidroelétrico, CFURH, desde 1994.

Com relação aos recursos financeiros provenientes da Cobrança Estadual Mineira, implementada desde 2010 na Bacia PJ1, a arrecadação e o gerenciamento são realizados pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), que ainda exerce o papel de Agência de Bacia nesta dominialidade, conforme aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais (CERH-MG). A Agência das Bacias PCJ faz somente o acompanhamento das ações. (GRI 103-1, 103-2, 203-Impactos econômicos indiretos, 203-1)



15 anos

de investimentos nas Bacias PCJ, com recursos financeiros provenientes das Cobranças PCJ (estadual paulista e federal).



R\$ 512,7 milhões

arrecadados com as Cobranças PCJ (estadual paulista e federal).



R\$ 590,1 milhões

investidos com recursos das Cobranças PCJ (estadual paulista e federal) e CFURH, em 823 empreendimentos.



R\$ 217,9 milhões

investidos como contrapartida de tomadores de recursos indicados pelos Comitês PCJ.

Mobilização de gestores e técnicos municipais

No Plano das Bacias PCJ 2020-2035, por meio de diagnóstico realizado em todo o território das bacias, foram definidos os municípios mais críticos para cada temática abordada. Dessa forma, foram definidos quais os municípios que possuem prioridade no recebimento de recursos para a execução das ações previstas no horizonte do referido plano.

Para as ações previstas de serem executadas por tomadores, com recursos do orçamento de 2022 e 2023, nas temáticas ligadas à Proteção de Mananciais, Saneamento (urbano e rural) e Controle de Perdas Hídricas, foram considerados, no processo de seleção de empreendimentos visando à obtenção de recursos financeiros das Cobranças PCJ (estadual paulista e federal) e CFURH, os municípios prioritários segundo o Plano das Bacias PCJ 2020-2035.

Em 2021, foram promovidas quatro oficinas preparatórias relacionadas às temáticas supracitadas. Duas das oficinas preparatórias foram realizadas nos meses de fevereiro e novembro de 2021 e trataram dos processos de seleção de empreendimentos para obtenção de recursos das Cobranças PCJ nas temáticas de Saneamento (urbano e rural) e Controle de Perdas Hídricas. As oficinas visaram à mobilização de representantes dos municípios para apresentação de propostas nas respectivas ações financiáveis em que o município fosse prioritário, conforme criticidade definida pelo Plano das Bacias PCJ 2020-2035.

Outras duas oficinas preparatórias foram realizadas nos meses de março e dezembro de 2021, tratando dos Editais da Política de Mananciais PCJ visando à mobilização e capacitação de gestores e técnicos nos municípios com maior prioridade no Caderno de Conservação de Uso do Solo e da Água no Meio Rural e Recuperação Florestal (CRF) do Plano das Bacias PCJ 2020-2035, para seleção de áreas e empreendimento a serem financiados com recursos da Cobrança PCJ Paulista e da Cobrança PCJ Federal.

Destaques

- ✓ 138 representantes de 34 municípios participaram das capacitações realizadas sobre os processos de seleção de empreendimentos nas temáticas de Saneamento (urbano e rural) e Controle de Perdas Hídricas.
- ✓ Os processos de seleção de empreendimentos nas temáticas de Saneamento (urbano e rural) e Controle de Perdas Hídricas - orçamento 2021 - somaram 22 empreendimentos inscritos, dos quais 20 foram efetivamente indicados, pelos Comitês PCJ, para obtenção de recursos.
- ✓ Os processos de seleção de empreendimentos nas temáticas de Saneamento (urbano e rural) e Controle de Perdas Hídricas – orçamento 2022/2023 – resultaram no total de 31 empreendimentos inscritos até o final de 2021, sendo que o período de inscrição permaneceu em aberto até janeiro de 2022.
- ✓ Representantes de 29 municípios e 25 instituições participaram das capacitações realizadas sobre os processos de seleção de empreendimentos da Política de Mananciais PCJ.
- ✓ Os processos de seleção de áreas da Política de Mananciais PCJ 2021 – Cobrança PCJ Federal resultaram no total de 4 municípios inscritos e classificados.
- ✓ Não houve inscrições para o edital da Política de Mananciais PCJ 2021 - Cobrança PCJ Paulista.

Investimentos

Recursos financeiros investidos pelos Comitês PCJ, por ano e por fontes de financiamento.

(GRI 203-1)

Fonte de recursos	Programa	Nº de empreendimentos	Valor pleiteado R\$	Valor de contrapartida R\$	Valor total R\$
CFURH 1994-2021	Base de dados, Cadastros, Estudos e Levantamentos	43	7.903.354,81	2.878.412,93	10.781.767,74
	Gerenciamento dos Recursos Hídricos	4	368.578,32	251.783,55	620.361,87
	Coleta, Afastamento e Tratamento de Esgotos	112	26.298.993,74	29.748.546,05	56.047.539,79
	Proteção dos corpos d'água	16	2.234.060,60	976.962,60	3.211.023,20
	Controle de perdas	53	39.989.611,26	13.837.562,21	53.827.173,47
	Aproveitamentos dos Recursos Hídricos	2	348.900,00	31.932,50	380.832,50
	Eventos hidrológicos extremos	26	8.797.339,71	1.889.517,49	10.686.857,20
	Educação ambiental	16	1.917.345,43	624.191,06	2.541.536,49
	Prevenção e Defesa contra Erosão do Solo e o Assoreamento dos Corpos d'água	20	3.648.564,52	1.365.967,99	5.014.532,51
	Total	292	91.506.748,39	51.604.876,38	143.111.624,77
COBRANÇA PCJ FEDERAL 2006-2021	Base de dados, Cadastros, Estudos e Levantamentos	75	60.391.728,06	710.133,53	61.101.861,59
	Gerenciamento dos Recursos Hídricos	48	23.421.168,83	0,00	23.421.168,83
	Coleta, Afastamento e Tratamento de Esgotos	61	57.153.361,20	49.650.404,74	106.803.765,94
	Proteção dos corpos d'água	21	7.304.114,33	1.270.973,04	8.575.087,37
	Controle de perdas	62	93.258.930,54	39.825.169,93	133.084.100,47
	Aproveitamentos dos Recursos Hídricos	2	217.735,00	51.061,40	268.796,40
	Eventos hidrológicos extremos	6	1.758.281,92	226.830,33	1.985.112,25
	Educação ambiental	49	5.311.282,60	0,00	5.311.282,60
	Total	324	248.816.602,48	91.734.572,97	340.551.175,45

Fonte de recursos	Programa	Nº de empreendimentos	Valor pleiteado R\$	Valor de contrapartida R\$	Valor total R\$
COBRANÇA PCJ PAULISTA 2007-2021	Base de dados, Cadastros, Estudos e Levantamentos	47	14.538.207,75	2.056.541,55	16.594.749,30
	Coleta, Afastamento e Tratamento de Esgotos	105	147.254.735,50	49.022.426,99	196.277.162,49
	Controle de Perdas	54	87.232.866,32	23.538.136,77	110.771.003,09
	Total	206	249.025.809,57	74.617.105,31	323.642.914,88
COBRANÇA MINEIRA 2010-2021	Outras Ações	1	800.000,00	0,00	800.000,00
	Total	1	800.000,00	0,00	800.000,00
Total geral		823	590.149.160,44	217.956.554,66	808.105.715,10

Fonte: Agência das Bacias PCJ

Santa Bárbara d'Oeste amplia ETE

O município paulista de Santa Bárbara d'Oeste, com 195,2 mil habitantes (dados IBGE 2021), é um exemplo de território das Bacias PCJ cujo desenvolvimento socioeconômico dos últimos anos vem exigindo investimentos em obras relacionadas aos recursos hídricos.

Com recursos da Cobrança PCJ Paulista, foram investidos cerca de R\$ 4,3 milhões para ampliação da Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) Balsa, em obra executada pelo Departamento de Água e Esgoto (DAE) de Santa Bárbara d'Oeste, ampliando em oito vezes sua capacidade, o que beneficiou cerca de 80 mil usuários. Outro R\$ 1,5 milhões foram desembolsados em forma de contrapartida da autarquia.

Santa Bárbara d'Oeste/SP hoje conta 99% de esgoto tratado e 100% de água potável em área urbana.



Célia Maria Campos

Engenheira civil, Departamento de Água e Esgoto do Município de Santa Bárbara d'Oeste/SP.

Os empreendimentos apoiados pela Agência das Bacias PCJ têm como horizonte atingir as metas propostas no Plano de Bacias e possuem um corpo técnico muito bem-preparado para gerenciar os recursos disponíveis dentro dessas premissas. Estes recursos, somados aos provenientes de outras fontes, agregam imenso valor ao nosso município, que vem se desenvolvendo de forma inequívoca, principalmente nos últimos nove anos, com implementação de empreendimentos voltados à coleta e tratamento de esgoto, reservação, adução e distribuição de água potável, refletindo-se consequentemente na qualidade de vida de nossa população, melhoria nos índices de saúde, educação e na economia, atraindo novos empreendimentos.”

A3P

- 1 **USO RACIONAL** dos recursos naturais e bens públicos
- 2 Gestão adequada dos **RESÍDUOS** gerados
- 4 **Sensibilização e CAPACITAÇÃO** dos colaboradores

PACTO GLOBAL

ODS

- 3 SAÚDE E BEM-ESTAR
- 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO
- 8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO
- 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS
- 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA CLIMÁTICA GLOBAL
- 15 VIDA TERRESTRE
- 17 PARCERIAS MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

| Práticas de Compras

Como é a gestão de fornecedores na Agência das Bacias PCJ?

Empresas prestadoras de serviços, consultores, instituições de ensino e pesquisa formam a cadeia de fornecedores da Agência das Bacias PCJ. Os principais fornecedores atuam na prestação de serviços especializados para a gestão dos recursos hídricos e os contratos se dão por processos de licitação para os quais são considerados critérios técnicos, administrativos e legais.

Para valores contratados até R\$ 80 mil, a Agência das Bacias PCJ segue o que se estabelece no Art. 47 da Lei Complementar Federal nº 123/2006, que permite, neste caso, o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte. É uma oportunidade de contribuir com o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, com a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

Em função da obrigatoriedade ao atendimento da Lei de Licitação e Compras Públicas, se faz necessária ampla divulgação e a contratação de fornecedores de diferentes localidades, e não exclusivamente locais. (GRI 103-1, 103-2, 204-Práticas de compras 204-1)



Guilherme Viana

Imagem Soluções de Inteligência Geográfica.

Mantemos relacionamento com a Agência das Bacias PCJ desde 2015 e é gratificante observar o quanto nossa tecnologia tem sido utilizada nas questões voltadas à sustentabilidade, contribuindo para as iniciativas realizadas nas Bacias PCJ, que se traduzem em benefícios para a região e para a sociedade. Temos aprendido muito com essa relação, nos apropriando cada vez mais das soluções que podem ser replicadas para as necessidades do mercado.”

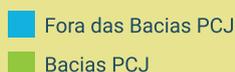
Quadro de fornecedores em 2021

(GRI 102-9)

Quantidade de empresas

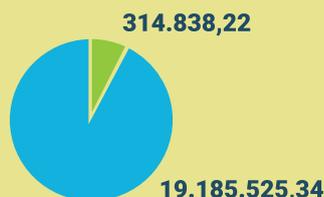


Total: 86

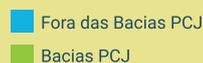


Data base: dezembro/2021. Fonte: Agência das Bacias PCJ.

Total gasto (em R\$)



Total: 19.500.363,56



Fornecedores MEI, ME, EPP e EIRELLI: 51

Nas Bacias PCJ: 31
 Fora das Bacias PCJ: 20



Fornecedores grande porte: 35

nas Bacias PCJ: 6
 Fora das Bacias PCJ: 29

R\$10.248.985,67



Valor estimado

R\$15.181.687,18



Contratado

R\$4.617.595,18



Economizado

Critérios socioambientais de contratação

Desde 2019, a Agência das Bacias PCJ adota critérios socioambientais no processo de compras, como Selo Procell, práticas de manejo sustentável, utilização de plástico biodegradável, certificação FSC®, uso de materiais reciclados e de materiais atóxicos, entre outros (veja quadro a seguir).

Em 2021, a instituição passou a utilizar a plataforma de pregão eletrônico do Banco do Brasil (Licitações-e), em atendimento a uma exigência da ANA. (GRI 204-1, 103-2, 308-1, 414-1)

Em 2021, 14% das licitações foram efetivadas considerando critérios de sustentabilidade.

Critérios de sustentabilidade (Decreto 7.746/12)	Descrição
Material reciclado	Resulta da transformação dos resíduos sólidos e envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas. Passa por transformação e gera novos insumos ou produtos.
Material atóxico/baixa toxicidade	Não contém substâncias perigosas em quantidades significativas e prejudiciais à saúde em sua composição.
Material ecoeficiente	Apresenta alta eficiência energética e durabilidade dos produtos, bem como busca consumir pouca água e maximiza o uso dos recursos naturais. Adoção de tecnologias menos agressivas ao meio ambiente. Pode possuir menor uso de agrotóxicos ou a dispersão de tóxicos, bem como baixa emissão de gases de efeito estufa.
Material biodegradável	Decompõe-se no ambiente pela ação de microrganismos que o utilizam como fonte de alimento/energia. Converte o material em biomassa, dióxido de carbono e água. Os resíduos finais da decomposição não apresentam resquícios de toxicidade, portanto, não são danosos ao meio ambiente.
Certificação	Certificação emitida por instituição pública oficial ou por instituição acreditada.
Selos ambientais	FSC®, Cerflor, PBE, Programa Selo Verde e Selo SisOr.
Origem local	Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local. Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.



| Ética e Integridade

Ética e integridade nas relações

A Agência das Bacias PCJ repudia qualquer ato de corrupção, orientando sua conduta e sua cultura organizacional pelo seu Código de Ética, onde estão expressos o compromisso com princípios éticos e os valores que devem pautar os relacionamentos e o cumprimento de sua missão. O instrumento está alinhado com a visão de futuro da instituição de ser reconhecida pela eficiência e eficácia na construção de soluções para as políticas de recursos hídricos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população.

O documento é apresentado a todo novo colaborador no processo de integração, é divulgado a fornecedores por meio dos processos de licitação e aos membros dos Comitês PCJ e Conselhos da Agência das Bacias PCJ.

Já o Código de Conduta, com conteúdo pertinente à execução do Código de Ética, encontrava-se em processo de avaliação da Diretoria ao fim da elaboração deste relato e deve entrar em vigor em 2022.

O Comitê de Ética é a instância consultiva que orienta sobre conduta ética e as relações da Agência das Bacias PCJ. (GRI 102-16, 102-17, 103-2, 205-Anticorrupção, 205-2)

[Acesse aqui o Código de Ética](#)

Prestação de contas

Desde 2018, a Agência das Bacias PCJ é signatária do Pacto Global, reiterando seu compromisso com a ética nos relacionamentos e com a transparência em sua atuação. Ao assinar o Pacto, as organizações assumem também a responsabilidade pelo alcance dos ODS, que são o principal pilar da Agenda 2030, aprovada por consenso pelos 193 países membros das Nações Unidas em 2015.

Em 2021, a Agência das Bacias PCJ finalizou sua primeira prestação de contas à iniciativa, de forma digital, com o preenchimento de formulários e disponibilização de relatórios, como o próprio Relatório Institucional, como evidência de COE (sigla em inglês para Comunicação de Engajamento).

Em 2021, 100% dos membros dos órgãos de governança e dos colaboradores foram comunicados sobre políticas e procedimentos anticorrupção. Não foram realizadas capacitações sobre o Código de Ética no período.



Hélio Hintze

Consultor jurídico.

O Código de Ética e o Código de Conduta são instrumentos que endossam a seriedade da Agência das Bacias PCJ em sua posição frente à sociedade e aos ambientes nos quais atua. Ao expressar os valores da instituição e orientar seu relacionamento com outros atores sociais, incentiva o efeito “dominó” em seu cascateamento e disseminação, levando boas práticas a esses parceiros. Ao colocar em prática as diretrizes da Agência das Bacias PCJ, os colaboradores, quando entendem que suas ações também são ações da Agência das Bacias PCJ, garantem a construção e manutenção da boa reputação da instituição.”



| Materiais

Compromisso com o uso racional dos recursos

O uso racional dos recursos naturais e bens públicos é um dos eixos do Programa A3P, a Agenda Ambiental na Administração Pública do Ministério do Meio Ambiente que a Agência das Bacias PCJ aderiu em 2018. Com isso, assumiu publicamente o compromisso com um modelo de gestão pública orientado para a minimização dos impactos socioambientais gerados durante o trabalho.

Esse compromisso implica uma nova maneira de pensar e agir relacionada ao uso de materiais (em quantidade e tipo) em seus processos diários, a fim de reduzir o grau de dependência dos recursos naturais.

Iniciativas na Agência das Bacias PCJ

Na Agência das Bacias PCJ, diversas iniciativas coordenadas por uma Comissão de Acompanhamento e um Comitê Operacional envolvem os colaboradores estimulando-os a incorporar práticas de gestão socioambiental em suas atividades. O objetivo é gerar economia de recursos naturais e eficiência de gastos institucionais mediante o uso racional dos bens públicos, gestão adequada de resíduos e aquisições de bens e materiais de consumo segundo critérios específicos, como os especificados em **Critérios socioambientais de contratação**.

Com o advento da pandemia da Covid-19 e a adoção do sistema de *home office*, iniciativas relacionadas à segregação de resíduos, envolveram a conscientização dos colaboradores com orientações para a adoção de boas práticas a serem aplicadas em casa (veja em **Boas práticas de sustentabilidade**).

A campanha “Adote seu copo”, que forneceu canecas duráveis a cada colaborador, reduziu o uso de copos descartáveis em mais de 50% na instituição. (GRI 103-2, 301-Materiais)



Saiba mais

Papel Zero é implantado

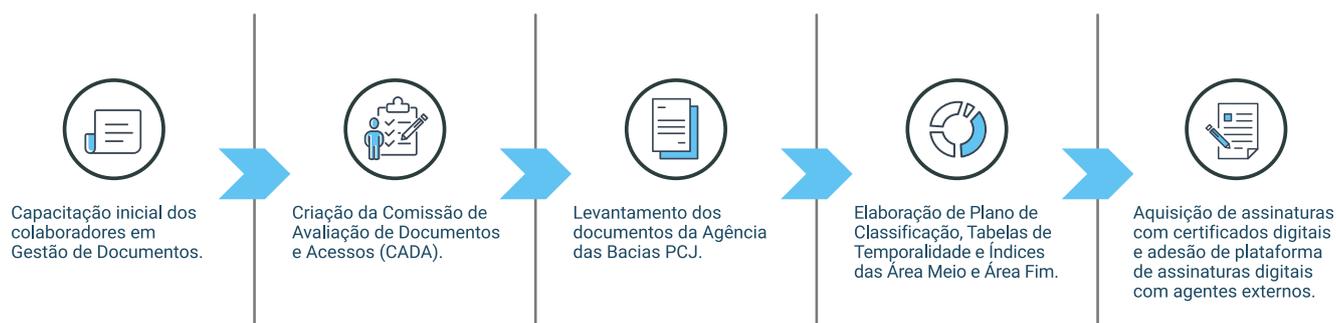
Desde o início de 2021, o programa Papel Zero é uma realidade na Agência das Bacias PCJ. O projeto, que teve início em 2018, envolveu todos os colaboradores e mostra que é possível diminuir os impactos ambientais e ao mesmo tempo minimizar os custos. Além disso, trouxe agilidade no processo de tomada de decisão, maior produtividade e qualidade, assim como transparência das ações administrativas e garantia de acesso às informações e documentos públicos.

Além de simplificar e racionalizar os processos de gestão dos documentos, a iniciativa permitiu fazer uma eliminação criteriosa dos documentos que não têm valor.

Em 2021, foi dado início aos procedimentos digitais, portanto, sem emissão de documentos físicos. Ao fechamento deste relatório, a instituição encontrava-se em momento de transição para as novas rotinas, com processos híbridos, já que havia processos em andamento realizados em exercícios anteriores.

- Novas **contratações** são feitas de forma 100% digital.
- Documentos como Portarias, Ofícios, Memorandos Internos, Pareceres Técnicos, Ordem de Serviço são emitidos e assinados via **sistema gestão arquivística** de documentos.
- Novas rotinas estabelecidas: solicitações de **contratações e pagamentos** são feitas via plataforma digital.

Implantação dos procedimentos digitais



Rachel Bueno

Especialista em documentação, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP).

Um dos principais fatores da aderência da Agência das Bacias PCJ ao Programa A3P e todas as suas ações é a conscientização e aí entra o conceito de consciência coletiva da cidadania. O Papel Zero, por exemplo, foi recém-implantado e as pessoas estão numa curva de aprendizado. Nos próximos três anos vislumbro que realmente a Agência das Bacias PCJ terá incorporado todo esse processo, com a gestão arquivística consolidada, mas já posso garantir que hoje, já atingiu um patamar diferenciado no quesito sustentabilidade do uso dos recursos naturais. A adesão à A3P foi absolutamente acertada e no momento ideal.”

Nova sede

O projeto da nova sede da Agência das Bacias PCJ, que observa critérios socioambientais e de acessibilidade, vem sofrendo atrasos desde 2020 por causa das restrições de atividades em função da pandemia. A nova instalação será construída no Parque Tecnológico de Piracicaba, no bairro Santa Rosa, em um terreno de 3,9 mil metros quadrados, doado pela Prefeitura de Piracicaba, por meio de um Projeto de Lei aprovado pela Câmara dos Vereadores em 2019.

Os investimentos de R\$ 5 milhões são provenientes de recursos próprios e compõem o Fundo Patrimonial da Agência das Bacias PCJ, oriundos do superávit anual da Cobrança PCJ Paulista.

A3P



PACTO GLOBAL



ODS



Contratados estudos para implantação de **sistema de esgotamento sanitário** no município mineiro de Toledo.



Promovida audiência sobre **Plano de Macrodrenagem da Bacia Hidrográfica do Rio Jundiá**, com apontamentos para o combate às enchentes.

Água, Efluentes e Resíduos

Foco na garantia de água em qualidade e quantidade

A Organização das Nações Unidas (ONU) reconhece o acesso à água potável como um direito essencial para a vida humana. A garantia de água limpa e saneamento é, inclusive, um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: o ODS 6.

Os Comitês PCJ e a Agência das Bacias PCJ vêm trabalhando ao longo dos anos para garantir quantidade e qualidade de água nas Bacias PCJ, especialmente com aplicação dos recursos provenientes das cobranças pelo uso dos recursos hídricos. O fomento sempre foi diversificado entre proteger as nascentes, reflorestar, coletar e tratar esgoto e combater as perdas de água nas 76 cidades que integram as Bacias PCJ.

Os investimentos do Plano das Bacias PCJ envolvem iniciativas prioritárias relacionadas a saneamento e, em 2021, ganharam mais foco ações relacionadas à estiagem, tendo reativado o Grupo Técnico (GT) Estiagem dos Comitês PCJ, com ações voltadas principalmente ao engajamento de gestores municipais e usuários para o uso racional da água (veja mais em **Biodiversidade** e **Comunidades locais**). (GRI 103-1, 103-2, 303-Água, 306-Efluentes e resíduos)



Dalto Fávero Brochi

Diretor Geral da Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (ARES-PCJ).

É muito importante essa visão que os Comitês PCJ tiveram desde o seu início e, assertivamente, canalizaram os recursos para a área de saneamento, notadamente, na frente de tratamento de esgoto. As iniciativas vêm beneficiando uma imensa gama de municípios que contam com efluente tratado lançado no corpo hídrico, principalmente os que têm captação logo abaixo do ponto de lançamento. A gestão voltada para este foco tem trazido melhoria significativa na qualidade de água nas Bacias PCJ.”

Gestão da vazão do Sistema Cantareira

De olho no fluxo de água da região das Bacias PCJ, os Comitês PCJ promovem a gestão do “período seco” do Sistema Cantareira, conforme previsão das regras operativas. No período, que vai de junho a novembro, a Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH) monitora, faz previsões e decide diariamente qual a vazão de água do Cantareira para as Bacias PCJ, buscando garantir o cumprimento das regras e condições para o abastecimento dos 19 municípios do interior que dependem diretamente do sistema de reservatórios, representando uma população de cerca de 3,5 milhões de habitantes.

Este trabalho acontece desde 2017, quando foi publicada a nova outorga do Sistema Cantareira, que garante a gestão compartilhada entre os Comitês PCJ, os órgãos gestores ANA e Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE), assim como a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp). Os Comitês PCJ tem garantidos 158 bilhões de litros para utilização no período seco por ano.

A CT-MH conta com ferramentas de monitoramento telemétrico e previsões hidrometeorológicas, além de critérios técnicos e discussões com especialistas e usuários de água dentre os mais de 130 representantes de diversos segmentos e que fazem parte do grupo.

O Sistema Cantareira é responsável pelo abastecimento de parte da população das Bacias PCJ e de quase nove milhões de pessoas na Região Metropolitana de São Paulo.

Indicadores de saneamento

Segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) a maior parte dos municípios das Bacias PCJ tem índice igual ou superior a 90% de oferta urbana de água tratada. Porém, ainda há municípios com percentual variando entre 50% e 89,9% e apenas um na classe com percentual inferior ou igual a 49,9%.



92,6% é o índice médio de coleta de esgoto doméstico, considerando-se a proporção da população atendida.



78,6% foi o índice médio de tratamento do esgoto gerado nas Bacias PCJ, considerando-se a proporção da população residente na região e atendida com tratamento.

Estudo para sistema de tratamento de esgoto em Toledo (MG)

Em 2021 foram contratados os Estudos de Alternativas e Concepção para o Sistema de Coleta, Afastamento e Tratamento de Esgoto do município de Toledo (MG). A ação é o primeiro passo para que o município possa construir seu próprio sistema de esgotamento sanitário, a fim de garantir a qualidade das águas do Rio Camanducaia e do reservatório de Duas Pontes.

Serão promovidos estudos de alternativas e concepção das infraestruturas a serem implantadas, com estimativa populacional para horizonte de 20 anos.

Com uma população de 6.297 pessoas (dados IBGE, 2020), Toledo fica no Sul de Minas Gerais. O município possui 136,8 km² de área e é abrangido pelo Comitê Mineiro (CBH-PJ1 – Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari). Essa bacia se destaca pela contribuição dada ao Sistema Cantareira.

Plano Diretor de Macrodrenagem da Bacia Hidrográfica do Rio Jundiáí

Em outubro de 2021, foi promovida uma audiência pública, em formato on-line, com as comunidades da Bacia do Rio Jundiáí, para apresentar e ouvir opiniões sobre o Relatório Final do Plano de Macrodrenagem da Bacia Hidrográfica do Rio Jundiáí, apontando providências necessárias para o combate às enchentes em algumas das cidades que compõem esta bacia.

O Plano Diretor de Macrodrenagem tem como objetivo caracterizar as causas das inundações ocorridas nas zonas urbanas dos municípios presentes na calha do Rio Jundiáí. Contempla ações estruturais e não estruturais para o controle de cheias a curto (5 anos), médio (10 anos) e longo prazo (20 anos), nas áreas urbanas e rurais, buscando reduzir progressivamente a frequência, a intensidade e a gravidade das ocorrências de enchentes.

Além de Jundiáí, outros 10 municípios da região beneficiados são Atibaia, Cabreúva, Campo Limpo Paulista, Indaiatuba, Itu, Itupeva, Jarinu, Mairiporã, Salto e Várzea Paulista.



A3P



PACTO GLOBAL



ODS



Mais de **150 mil** mudas de árvores já foram plantadas nas Bacias PCJ, com a previsão de mais de 281 mil até 2023.



Projetos de adequação ambiental envolvem 269 propriedades num total de **7,6 mil hectares**.



Biodiversidade

Conservação e proteção de mananciais

A Agência das Bacias PCJ contribui para a melhoria da disponibilidade e da qualidade de água dos mananciais de abastecimento público das Bacias PCJ ao investir na melhoria da infraestrutura natural, utilizando-se de soluções baseadas na natureza (infraestrutura natural, de maneira complementar à chamada infraestrutura cinza, relacionada a obras de engenharia civil) para a recuperação, conservação e a proteção de mananciais.

A Política de Mananciais PCJ e o Caderno de Uso e Conservação da Água no Meio Rural e Recomposição Florestal (CRF) do Plano das Bacias PCJ (que agregou o Plano Diretor de Recomposição Florestal – PDRF) orientam a atuação voltada à melhoria da resiliência dos mananciais, com iniciativas de diagnóstico ambiental, restauração e preservação de fragmentos de vegetação, de maneira complementar ao manejo e conservação de solos e ao saneamento rural, com foco no diagnóstico integral da paisagem para adequação ambiental de áreas de mananciais degradadas. O Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) também representa uma categoria de ação desenvolvida e voltada ao incentivo econômico para a promoção da proteção das áreas de mananciais. (GRI 103-1, 103-2, 304-Biodiversidade)



Nancy Thame

Engenheira agrônoma e Gestora ambiental da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento de Piracicaba.

A forma como a Agência das Bacias PCJ trabalha, pautada no diálogo e com a participação da sociedade, faz com que os resultados tenham amplitude, refletindo-se diretamente no equilíbrio (ambiental, social, econômico e cultural) deste território. Utilizando-se das melhores técnicas e da interlocução com outros agentes, na busca pela convergência de decisões, os reflexos positivos na biodiversidade são evidentes.”

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA POLÍTICA DE MANANCIAIS PCJ



PROGRAMA I

Recuperação Ambiental em Áreas de Interesse: programa estruturante que visa à adequação ambiental de propriedades rurais.



PROGRAMA II

Pagamento por Serviços Ambientais (PSA): programa estruturante que visa ao incentivo econômico a proprietários geradores de serviços ambientais.



PROGRAMA III

Áreas Sujeitas à Restrição de Uso com vistas à Proteção dos Recursos Hídricos: programa estratégico que apoia as áreas protegidas e a integração de dados relacionados, no que tange à interface das mesmas com os mananciais.



PROGRAMA IV

Proteção dos Biomas Mata Atlântica e Cerrado: programa estratégico de apoio a ações relacionadas à proteção dos biomas ocorrentes no território das Bacias PCJ.

Banco de áreas e projetos

As áreas para a disponibilização e adoção visando à execução de intervenções de restauração ecológica para a adequação ambiental estão cadastradas no Banco de Áreas PCJ. As iniciativas relacionadas à proteção de mananciais que envolvam a aplicação de recursos das Cobranças PCJ estão disponíveis no Banco de Projetos PCJ. Ambas são ferramentas públicas para acesso via Portal SIG-PCJ.

Banco de Áreas

Cadastros de adoção e disponibilização, com interface web para os passivos de restauro. Cadastro de áreas disponíveis em propriedades rurais, localizadas nas Bacias PCJ, visando à restauração ecológica. A área disponível, uma vez cadastrada, irá compor um conjunto de áreas aptas a serem adotadas por interessados como medida compensatória para cumprimento de obrigação ambiental ou como ação voluntária de responsabilidade social.

Cadastro de intenção de adoção, pelas instituições adotantes.



Saiba mais

Banco de Projetos

Ferramenta de transparência que relaciona projetos elaborados no âmbito da Política de Mananciais PCJ, seu status, fonte de recurso, manancial relacionado, município e situação da execução das intervenções relacionadas. Os projetos são cadastrados pela Assessoria Ambiental da Agência das Bacias PCJ. A atualização é feita periodicamente, sempre que a situação de algum projeto é alterada – evolução.



Saiba mais

Passivos gerais - Banco de Áreas PCJ

Hectares com interesse em adoção	Hectares disponibilizados para adoção
730 ha	194 ha

Passivos restauração por projeto

Projeto	Hectares disponibilizados	Hectares adotados	Status
Nascentes Analândia	80,00	80,00	Em execução
Mananciais Charqueada/ São Pedro	105,30	105,30	Em tramitação
Nascentes da Vida Salto	9,00	0,00	Em tramitação

Projetos de adequação ambiental realizados por município

Município	Modalidade	Valor Investido (R\$) Agência PCJ	Número de propriedades envolvidas	Área das propriedades (ha)	Status
Holambra	Programa I - PIP	R\$ 432.508,08	105	2.000,00	Finalizado
Analândia	Programa I - PIP	R\$ 680.739,63	18	1.744,23	Finalizado
Charqueada / São Pedro	Programa I - PIP	R\$ 374.444,36	30	2.174,92	Finalizado
Salto	Programa I - PIP	Execução direta	1	317,37	Finalizado
Limeira	Programa I - PIP	R\$ 599.600,00	115	1.328,58	Em execução
Totais		R\$ 2.087.292,07	269	7.565,10	

Projetos de PSA realizados por município					
Município	Modalidade PSA	Valor de Repasse (R\$) Ag. PCJ	Número de propriedades envolvidas	Área das propriedades (ha)	Status
Jaguariúna	B- UCE (Piloto)	R\$ 142.000,00	8	219,60	Finalizado
Piracicaba	A - Restauração ecológica	R\$ 449.999,53	11	296,85	Em execução
Jaguariúna	B - UCE	R\$ 144.250,00	7	1.064,25	Em execução
Jundiaí	B – UCE + C – Incentivo econômico	R\$ 153.638,52	16	336,54	Em execução
Limeira	C - Incentivo econômico	R\$ 41.392,16	8	116,79	Em execução
Piracaia	C - Incentivo econômico	R\$ 52.573,36	15	739,44	Em execução
Totais		R\$ 983.853,57	65	2.773,47	

Adequações ambientais em implementação

Dois projetos nos quais vêm sendo realizadas intervenções relacionadas à promoção de processos de adequação ambiental. Estão localizados nas microbacias dos Córregos do Cavalheiro, Boa Vista e Água Branca, respectivamente nos municípios paulistas de Analândia, Charqueada e São Pedro, mananciais de interesse para abastecimento público. São Áreas de Preservação Permanente (APP) em processo de restauração localizadas na Área de Proteção Ambiental (APA) Corumbataí. Veja em detalhes no quadro a seguir. (GRI 304-3)

Características	Projeto Nascentes Analândia	Projeto Mananciais Charqueada-São Pedro
Tamanho	80,0 hectares.	105,3 hectares.
Tipo	Áreas de Preservação Permanente (APP) em processo de restauração localizadas na Área de Proteção Ambiental (APA) Corumbataí.	
Acompanhamento e validação das ações de restauração	Atualmente as ações são acompanhadas pelo Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (Gaema-PCJ) do Ministério Público do Estado de São Paulo de Piracicaba e o monitoramento da restauração é de responsabilidade da Unidade Gestora do Projeto (UGP), da instituição executora SOS Mata Atlântica e da Secretaria de Infraestrutura e do Meio Ambiente do Estado de SP (Sima-SP).	Atualmente as ações são acompanhadas pelo Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (Gaema-PCJ) do Ministério Público do Estado de São Paulo de Piracicaba e o monitoramento da restauração é de responsabilidade da UGP, dos executores Da Serra Ambiental, Concessionária Eixo e PlantVerd e da Sima-SP.
Parceiros para proteção ou restauração	Fundação SOS Mata Atlântica, que possui parceria formalizada junto à Agência das Bacias PCJ por meio de Termo de Cooperação Técnica.	Da Serra Ambiental, PlantVerd e Concessionária Eixo, por meio de adoção via Banco de Áreas PCJ, gerenciado pela Assessoria ambiental da Agência das Bacias PCJ.
Status de recuperação (dezembro/2021)	Do total relacionado ao passivo de restauração, 49 ha foram implementados e encontram-se em fase de manutenção (anos 1 e 2). As demais áreas serão implementadas até o próximo período de chuvas de 2021-2022.	Do total relacionado ao passivo de restauração, 12,72 ha encontram-se em fase de implementação.

Plano Diretor para Recomposição Florestal



Mais de 150 mil mudas de árvores já plantadas e previsão de mais de 281 mil até 2023 nas Bacias PCJ;



Mais de 260 hectares de áreas em propriedades rurais passam por reflorestamento em Holambra, Analândia, Salto e Charqueada;



Esta área equivale a aproximadamente 260 campos de futebol;



Outros 200 hectares serão restaurados a partir de 2022 nos municípios afetados pelo prolongamento da Rodovia dos Bandeirantes;



Cerca de 800 hectares de restauração estão previstos em municípios localizados na sub-bacia do Rio Corumbataí.

Parceria para diagnóstico ambiental

A Agência das Bacias PCJ, por meio de sua Assessoria Ambiental, é parceira da Fundação Florestal para subsídio técnico do Diagnóstico Ambiental da Microbacia do Ribeirão Tatu-Cordeirópolis, abrangendo sete propriedades rurais em uma área total de 1.146 hectares. O subsídio contempla a elaboração de memoriais e Termos de Referência, capacitação e análise de produtos.

Nos termos do Parecer CPRN/DAIA nº 04/96 e Inquérito Civil 26/2008, a Fundação Florestal assumiu a obrigação de recuperar 200 hectares de áreas públicas na região dos municípios que sofreram impactos ambientais em decorrência das obras de implantação do prolongamento da Rodovia dos Bandeirantes pela concessionária responsável: Limeira, Santa Bárbara D'Oeste, Cordeirópolis, Sumaré, Hortolândia e Campinas. As ações serão realizadas conforme metodologia da Política de Mananciais PCJ.



A3P

3 QUALIDADE DE VIDA no ambiente de trabalho

4 Sensibilização e CAPACITAÇÃO dos colaboradores

PACTO GLOBAL

ODS

Emprego, Treinamento e Educação

Sustentabilidade orienta a gestão de pessoas

Desde que a Agência das Bacias PCJ aderiu à A3P, o engajamento com os temas de sustentabilidade tem sido um grande direcionador da gestão de pessoas na instituição. Campanhas de incentivo à qualidade de vida, com temas voltados à ergonomia e saúde, são uma constante, ao lado de uma agenda de atualização de competências técnicas e comportamentais, que, desde 2020, ganharam formato *online*, em função do distanciamento social exigido pela Covid-19. (GRI 103-2, 401-Emprego)



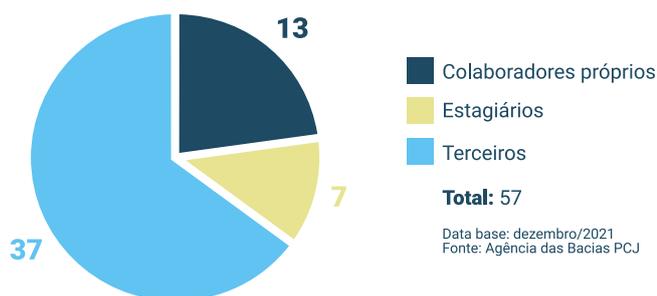
Professor Dr. Tadeu Malheiros

Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo (EESC/USP) e Coordenador da Câmara Técnica de Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias (CT-ID) dos Comitês PCJ.

A Agência das Bacias PCJ tem uma equipe muito bem preparada e atualizada. E isso é fundamental para uma instituição que lida com informações que são essenciais para a gestão de recursos hídricos. Os profissionais estão alinhados, conhecem bem seu escopo de trabalho e têm conhecimento sobre o que está acontecendo nas Câmaras Técnicas para darem suas contribuições nas respectivas áreas de atuação. Outro papel importante da Agência das Bacias PCJ é a interlocução com as universidades, principalmente em questões-chaves do Plano de Bacias em que há demanda de inovação e reflexão crítica acadêmica e, portanto, potencial de pesquisas, aprendizado e possibilidade de benefícios institucionais.”

Quadro de colaboradores em 2021

Em dezembro de 2021, 57 pessoas compunham o quadro funcional da Agência das Bacias PCJ. Destes, 37 eram terceiros, com vínculo empregatício em regime CLT em empresas prestadoras de serviço. A contratação de colaboradores próprios, com exceção das funções de confiança definidas no Regulamento Interno, é feita por concurso público. Todos os colaboradores próprios cumprem jornada de período integral. (GRI 102-8)



	Masculino	Feminino	Total
Colaboradores próprios com contrato por prazo permanente	8	5	13
Estagiários	3	4	7
Colaboradores com contrato por prazo determinado ou temporário (terceiros)	17	20	37

Data base: dezembro/2021
 Fonte: Agência das Bacias PCJ

Programa de Estágio: foco no desenvolvimento da carreira

Em 2021, foram contratados sete novos estagiários em processos seletivos diferentes ao longo do ano. Por se tratar de um ano atípico e de combate à pandemia da Covid-19, a Instituição conduziu as entrevistas no formato online, em que os participantes puderam contar um pouco sobre si, bem como realizar exercícios, visando observar os pré-requisitos necessários para cada vaga.

Terceiros formam grande parte da força de trabalho

Parte significativa do trabalho da Agência das Bacias PCJ é executada por colaboradores de empresas prestadoras de serviço, contratados no regime de CLT, que ficam lotados nas dependências da Agência das Bacias PCJ.

As relações de trabalho são orientadas pela Política de Terceirização da Agência das Bacias PCJ, instituída em 2020. O documento traz aspectos legais relacionados à administração pública, propõe elementos que deixam mais claro o conteúdo de editais e permite a inserção de exigências mínimas para a contratação de fornecedores para projetos ou atividades específicas. Também sugere que terceiros que atuem na Agência das Bacias PCJ tenham acesso a um pacote de benefícios compatíveis com o oferecido aos colaboradores próprios.

Em 2021, os terceiros representaram 65% da força de trabalho da Agência das Bacias PCJ.

Rotatividade

Em 2021, a Agência das Bacias PCJ efetivou 14 contratações e 13 saídas de profissionais (colaboradores, terceirizados e estagiários, o que representa uma taxa de rotatividade de 22,8%, conforme tabela a seguir. Em 2020, a taxa de rotatividade foi de 13,6%. Esta diferença em relação ao período anterior se justifica pelo encerramento de contratos e ciclo de carreira profissional de alguns colaboradores, que saíram para vivenciar novas experiências profissionais. (GRI 401-1)

Taxa de rotatividade 2021 ¹	Gênero	Contratações			Saídas		
		<30	30-50	>50	<30	30-50	>50
2021 contratações	Homem	2	4	0	2	4	0
	Mulheres	6	2	0	4	3	0
Totais por faixa etária		8	6	0	6	7	0
Totais por gênero	Homens	6			6		
	Mulheres	8			7		
Total de contratações e demissões		14			13		
Taxas de contratação e saída 2021		24,6%			22,8%		
Taxa de rotatividade 2020 ²	Gênero	Contratações			Saídas		
		<30	30-50	>50	<30	30-50	>50
2020 contratações	Homem	2	4	0	3	1	0
	Mulheres	1	1	0	3	1	0
Totais por faixa etária		3	5	0	6	2	0
Totais por gênero	Homens	6			4		
	Mulheres	2			4		
Total de contratações e demissões		8			8		
Taxas de contratação e saída 2020		13,6%			13,6%		

¹Data base: dezembro/2021

²Data base: dezembro/2020

Fonte: Agência das Bacias PCJ

Pacote de benefícios

Os colaboradores próprios da Agência das Bacias PCJ, que têm contrato em período integral, contam com os seguintes benefícios: seguro de vida, auxílio-creche (para mulheres, até que o filho complete 7 anos de idade), auxílio-alimentação, assistência médico-hospitalar e vale-transporte. (GRI 401-2)

Capacitação com foco na gestão excelente

A Agência das Bacias PCJ dá especial atenção à promoção do desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais dos colaboradores. A sensibilização dos profissionais no início de cada atividade institucional também representa uma oportunidade de capacitação das equipes. As capacitações têm foco na excelência em gestão de projetos e do conhecimento tecnológico em recursos hídricos para que a instituição alcance sua Visão de Futuro.

As horas de participação em cursos e treinamento de todos os colaboradores (próprios, estagiários e terceiros) em 2021 somaram 2.854 horas de capacitação, o que resulta em uma média de 47 horas de formação por colaborador.

Os números informados são calculados com base nos certificados apresentados pelos colaboradores como comprovação de participação em capacitações. Em 2021, ocorreram muitos eventos em formato de *lives*, *webinars* e outros que não ofereceram certificados. Portanto, estima-se que algumas das participações não tenham sido contabilizadas formalmente, por ausência de tais certificados.

Além disso, não se pode desconsiderar o momento em que as oportunidades de participação em eventos eram muitas, somadas ao fato de que, no teletrabalho, todos os colaboradores ocupavam grande parte do tempo em videochamadas, o que pode ter contribuído para que a motivação para participar de capacitações tenha diminuído.

Total e média de horas de capacitação por colaborador, por categoria funcional e gênero¹

Categoria	Gênero	Total de horas		Média de horas	
		2021 ²	2020 ³	2021 ²	2020 ³
Colaboradores próprios					
	Homens	173	430	19	54
	Mulheres	269	163	54	23
	Subtotal	442	593	32	40
Terceirizados	Homens	513	1.650	28	92
	Mulheres	1.611	2.305	70	100
	Subtotal	2.123	3.955	52	96
Estagiários	Homens	62	239	15	119
	Mulheres	228	195	114	195
	Subtotal	290	434	48	145
Total por gênero	Homens	747	2.319	24	83
	Mulheres	2.108	2.663	70	86
Total geral		2.855	4.982	47	84

¹Indicador calculado com base nos certificados apresentados pelos colaboradores como comprovação da participação. Em 2021, muitos eventos no cenário nacional foram realizados em formato de *lives* e *webinars*, que não ofereciam certificados, portanto, não foram contabilizadas, o que pode justificar a diferença em relação aos indicadores de 2020

²Data base: dezembro/2021

³Data base: dezembro/2020

Fonte: Agência das Bacias PCJ

Avaliação de desempenho

A Avaliação de Desempenho, em vigência na Agência das Bacias PCJ desde 2019, é realizada por meio de questionários aplicados pelos gestores, com validação da Diretoria.

O Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), que resulta da avaliação de cada colaborador, programado para ter início em 2021, foi implantado parcialmente, com uma rodada de capacitações que haviam sido identificadas em avaliações anteriores. O PDI é considerado pela instituição um instrumento fundamental promover a alta produtividade exigida para a atuação da Agência das Bacias PCJ e para o cumprimento de sua Missão e Visão de Futuro.

Qualidade de vida

Aspectos integrantes do Programa A3P, a conscientização e o engajamento para o bem-estar e a qualidade de vida são tema de uma série de atividades para os colaboradores da Agência das Bacias PCJ. Em 2021, foram promovidas ações de motivação por meio de ferramentas de comunicação online e plataformas digitais, e eventos alusivos à datas, como a campanha “Outubro Rosa”, “Novembro Azul” e o “Dia da Árvore”, em que os colaboradores foram incentivados a pensar sobre temas relacionados, por meio de palestras e intervenções, e a praticar atividades físicas. Na ação relacionada ao Dia da Árvore, os colaboradores foram incentivados a registrar, por meio de um aplicativo, sua quilometragem da atividade física escolhida (corrida, caminhada). A ação faz parte da iniciativa “KM Solidário”, em que os quilômetros percorridos são convertidos a instituições. Saiba mais em www.kmsolidario.com.br.



A3P

3 QUALIDADE DE VIDA no ambiente de trabalho

4 Sensibilização e CAPACITAÇÃO dos colaboradores

PACTO GLOBAL

ODS

3 SAÚDE E BEM-ESTAR

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

10 REDUÇÃO DAS DESIGALDADES

17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Comunidades Locais

Recursos hídricos têm gestão participativa nas Bacias PCJ

O diálogo e a conduta ética pautam o relacionamento da Agência das Bacias PCJ com seus diversos *stakeholders* (órgãos de Governo – estadual, municipal e federal -, Ministério Público, órgãos de controle externo, sociedade civil, usuários de recursos hídricos, Comitês PCJ, colaboradores, fornecedores e prestadores de serviço, mídia, outros entes dos Sistemas de Gerenciamento de Recursos Hídricos e demais parceiros).

Garantir o aprimoramento da gestão de recursos hídricos, a prestação de contas de forma transparente e a melhoria da qualidade de vida da sociedade são os principais objetivos deste relacionamento. A identificação dos grupos de partes interessadas e o engajamento para os temas da instituição ocorrem em diversos fóruns e oportunidades. (GRI 102-40, 102-42, 102-43, 413- Comunidades locais).



Comitês PCJ: modelo participativo e colaborativo de fórum, composto por órgãos e entidades governamentais, representantes dos municípios, usuários de recursos hídricos e organizações civis.



Desenvolvimento de políticas: ocorre nas Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, a exemplo das Políticas de Mananciais, de Monitoramento Hidrológico, de Saúde Ambiental e de Educação Ambiental.



Plano de mídia: direciona a produção de materiais de campanha, com destaque para as mídias sociais.



Audiências públicas: subsidia a coleta de informações e opinião pública sobre determinados assuntos a exemplo das audiências promovidas para a revisão do Plano das Bacias PCJ.



Francisco Carlos Castro Lahóz

Secretário Executivo do Consórcio PCJ.

As Bacias PCJ são o terceiro parque industrial do Brasil, uma das maiores regiões de consumo da América Latina, um centro de excelência tecnológica e de amparo a saúde pública, gerando um dos maiores Produtos Internos Brutos (PIBs) do Brasil. Para que tudo isso aconteça, a água se torna um produto essencial e garanti-la é a grande missão da Agência das Bacias PCJ, que compartilha seus desafios e ações com outras entidades e instituições que integram a chamada "Família PCJ" - formada pela Agência das Bacias PCJ, Comitês PCJ, Consórcio PCJ, Agência Reguladora (ARES) PCJ e Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (Gaema) PCJ."

Entidades que atuam nas Bacias PCJ

As entidades que atuam na região das Bacias PCJ apoiando a gestão dos recursos hídricos e que carregam a sigla PCJ são:

- Comitês PCJ;
- Agência das Bacias PCJ;
- Consórcio PCJ;
- ARES PCJ;
- Ministério Público de São Paulo – GAEMA PCJ.

Engajamentos em 2021

Em 2021, foram promovidas diversas ações de engajamento com os *stakeholders*, com destaque para:

- Renovação de membros dos Conselhos e das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ (saiba mais em **Governança corporativa**);
- Movimento Jovem vem para o PCJ (veja detalhes no quadro a seguir);
- Movimento PCJ pelo uso eficiente da água (veja a seguir);
- Audiências públicas sobre a revisão do Plano das Bacias PCJ, bem como a referente ao Plano de Macrodrenagem do Rio Jundiá (vide **Plano Diretor de Macrodrenagem da Bacia Hidrográfica do Rio Jundiá**);
- Participação no Encontro Nacional dos Comitês de Bacias (Encob) com a exposição do poster Governança Corporativa Transparência – Conformidade – Prestação de Contas – Global Reporting Initiative (GRI). (GRI 102-42)

A água é fundamental.
 Conheça as instituições que trabalham para a gestão da água nas Bacias Hidrográficas do PCJ (Piracicaba, Capivari e Jundiá).

Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL E CBH-037)
 O papel do seu trabalho essencialmente de sua preservação nas bacias hidrográficas das Bacias Piracicaba, Capivari e Jundiá. PCJ é uma das responsabilidades dos Comitês PCJ.

Fundação Agência das Bacias PCJ (Agência das Bacias PCJ)
 Atua no financiamento de projetos, ações, programas e ações promovidas pelas comitês de Bacias PCJ para que sejam realizados em prática. Além disso, os profissionais da Agência das Bacias PCJ desenvolvem outros trabalhos.

Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ)
 A instituição é uma associação formada por municípios e com o objetivo colaborar com a recuperação das rios das Bacias PCJ.

Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (ARES PCJ)
 A ARES PCJ tem como atribuição regular, fiscalizar e acompanhar a qualidade dos serviços de saneamento.

MPSA - Ministério Público do Meio Ambiente (Gaema) PCJ
 A atuação do GAEMA é a de atuar na prevenção e repressão das atividades ilícitas de degradação ambiental no Estado de São Paulo.

Outras entidades:
 - Instituição formada há mais de 25 anos por representantes do quadrilátero água de governo.
 - São ações que atuam na recuperação, conservação e proteção de florestas e mananciais, avaliação das fontes de água no rio de água que se trata no caso é nas estações de tratamento de água.
 - Também trabalham com projetos ambientais e cursos ambientais que oferecem conteúdos para uma vida melhor. São mais de 17 milhões de habitantes das Bacias PCJ.
 - Entem, a Agência das Bacias PCJ desenvolve programas de educação ambiental com o objetivo de colaborar com a cobrança pelo uso da água nas 74 cidades das Bacias PCJ.
 - Atuam no desenvolvimento de projetos para redução no consumo de água, na região que se trata as áreas, entre outros ações.

Outras entidades:
 - É por meio de planejamento e execução de ações de recuperação das mananciais e ações de articulação com o Conselho PCJ.
 - A instituição realiza programas de educação ambiental, gestão de resíduos sólidos e outras ações.

Outras entidades:
 - A autoridade também é responsável por fiscalizar e revisar, por meio de legislações, os valores das taxas e tarifas dos serviços públicos de saneamento básico.

Outras entidades:
 - Em 2011, foram criados os Núcleos de Atuação Especializada do GAEMA, tendo como base de atuação as Bacias PCJ.
 - É formado por grupos técnicos que trabalham com a gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ.

Movimento PCJ pelo uso eficiente da água

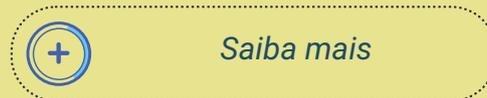
A soma de fatores como a redução de chuvas pelo fenômeno La Niña, a quantidade de água abaixo do normal nos reservatórios do Sistema Cantareira e o aumento do consumo durante a pandemia são alguns dos principais causadores da escassez hídrica nas Bacias PCJ. Diante desse cenário, os Comitês PCJ lançaram, em setembro de 2021, o “Movimento PCJ pelo uso eficiente da água”, com o tema “A água é de todos. A estiagem também”. A iniciativa foi lançada com o propósito de dialogar com os principais usuários de água (municípios, indústria e meio rural) sobre conduta e providências em tempos de estiagem, com uma programação de reuniões periódicas, workshops técnicos, boletins para auxílio a decisões, entre outras ações. Também abrange a mobilização da sociedade para o tema, com uma campanha de comunicação em TV, rádio e **redes sociais**.



Um olhar jovem para os Comitês PCJ

“Jovem vem pro PCJ” foi o nome do projeto lançado pela Câmara Técnica de Educação Ambiental com o objetivo de atrair jovens de 15 a 29 a se engajarem na causa pela água, seja pela participação em comitês mirins ou Conselhos Municipais de Meio Ambiente, ou por meio dos Comitês PCJ. A participação de jovens é de extrema importância para os Comitês PCJ, para trazer novos olhares e ideais, além de promover a renovação dos membros nos colegiados.

A iniciativa envolveu encontros virtuais, entre setembro e outubro de 2021, com diversos temas relacionados à água, ministrados por jovens profissionais que atuam na gestão das águas e do meio ambiente. Também foi criada uma sala de aula virtual para acompanhar os participantes por meio de orientação e tutoria. No total, o movimento agregou 93 participantes. Da Agência das Bacias PCJ, participaram jovens da Diretoria, Assessoria Ambiental, Secretaria Executiva e Coordenação de Gestão.



Comunicação ativa nas redes sociais

O Plano de Mídia é uma importante ferramenta para reforçar a atuação institucional da Agência das Bacias PCJ e dos Comitês PCJ. Plataformas virtuais como as redes sociais são cada vez mais utilizadas para a divulgação de informações e interação com os públicos: posts no **Facebook** e **Instagram**, veiculação de vídeos no **Youtube**, participação em webinários, mesas redondas, programas de rádio, entre outras frentes de ação.

O **site da instituição** também representa uma plataforma de relacionamento, onde são divulgadas, entre outras, informações em atendimento à legislação, contemplando as atividades da Agência das Bacias PCJ relacionadas a exigências de órgãos reguladores.



Instagram:

- **1.419** seguidores, crescimento de 18,55% em relação a 2020;
- **3,3 milhões** de impressões* totais e alcance de 2,9 milhões de pessoas em 2021.



facebook:

- **75,7 mil** pessoas engajadas, crescimento de **183%** em relação a 2020;
- **4,7 milhões** de impressões* totais e alcance de **4,3 milhões** de pessoas em 2021.

*Número de vezes em que o conteúdo foi exibido



A3P

3 QUALIDADE DE VIDA no ambiente de trabalho

4 Sensibilização e CAPACITAÇÃO dos colaboradores

PACTO GLOBAL

Ícones representando: Pessoas, Meio Ambiente, Comunidade, Igualdade, e Justiça.

ODS

3 SAÚDE E BEM-ESTAR

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

17 PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO

Políticas Públicas

Articulação para políticas públicas

A dinâmica de funcionamento dos Comitês PCJ envolve a articulação de diversos atores das Bacias PCJ para reconhecimento dos problemas e conflitos no território e também para a discussão sobre políticas públicas voltadas à segurança da água.

A Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/97), que contou com mobilização de diversos representantes das Bacias PCJ para discussões que fundamentaram sua definição, permitiu a implementação de uma gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos, quando a comunidade, dividida por representantes de segmentos do uso da água, passou a opinar e contribuir por meio de colegiados como os Comitês PCJ nas pactuações e tomadas de decisão visando à garantia da água em qualidade e quantidade para todos.

Por constituir um instrumento de planejamento, gestão integrada e descentralizada do uso da água e seus conflitos, a cobrança pelo uso de recursos hídricos é um exemplo no desenho de políticas públicas, implementada mediante decisão de um colegiado como o Comitê de Bacia Hidrográfica.

Dessa forma, como braço executivo dos Comitês PCJ, a Agência das Bacias PCJ tem papel fundamental na elaboração e na execução de políticas públicas, contribuindo também para a sua eficácia. (GRI 103-1, 415-1-Contribuições políticas)

Contribuições dos Comitês PCJ

<p>Política de Monitoramento Hidrológico dos Comitês PCJ</p>	<p>Política de Mananciais PCJ</p>	<p>Política de Saúde Ambiental</p>	<p>Política de Educação Ambiental</p>
<p>Aprovada em 2019, visa ao contínuo aprimoramento na aquisição e disponibilização de dados hidrológicos das Bacias PCJ e acompanha os usos de águas subterrâneas e superficiais neste território. Os dados são fundamentais para a tomada de decisões e planejamento da gestão dos recursos hídricos, sendo, portanto, de suma importância na gestão da outorga do Sistema Cantareira.</p>	<p>Elaborada durante o período de escassez hídrica em 2015, com dois principais objetivos: promover a conservação dos recursos hídricos e de mananciais de abastecimento e garantir regularidade e disponibilidade hídrica em quantidade e qualidade, definindo critérios para a inclusão e priorização de programas e projetos que envolvam parcerias público-privadas, possibilitando a previsão e utilização de recursos financeiros.</p>	<p>Aprovada em 2018 pelos Comitês PCJ, trata da proteção, conservação e proteção dos recursos hídricos, com base nos aspectos relacionados à saúde pública. Contempla programas focados na segurança da água, minimização dos efeitos da degradação dos mananciais e incentivo a ações de identificação e prevenção de problemas de saúde pública relacionados à água e ao saneamento básico.</p>	<p>Aprovada e instituída pelos Comitês PCJ em 2015, é composta por programas, projetos e ações para incentivar processos de educação ambiental e processos educacionais, com foco em recursos hídricos, junto aos diversos stakeholders, com metas e indicadores de avaliação.</p>



Dra. Dejanira de Franceschi de Angelis

Professora adjunta da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Rio Claro

Os Comitês PCJ foram os primeiros a terem uma Câmara Técnica voltada à saúde ambiental. A criação da Política de Saúde Ambiental tornou possível trabalhar de maneira organizada e orientada com a segurança da água. Este trabalho foi feito a muitas mãos, com o engajamento dos municípios, elaboração de projetos-piloto e participação de outros entes públicos. Esta política é fundamental pois fornece diretrizes para que cada município tenha seu plano municipal de segurança da água, tendo em mente que é preciso investir maciçamente para que a população tenha água de qualidade para que possa ter saúde.”

Sumário de Conteúdo GRI

Conteúdo Geral GRI Standard				
Indicador	Descrição	Texto correspondente/Resposta	Razão para omissão	Verificação externa
1. Perfil organizacional				
102-1	Nome da organização	Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Agência das Bacias PCJ.		Não
102-2	Atividades, marcas, produtos e serviços	Nossas responsabilidades		Não
102-3	Localização da sede	Em Piracicaba/SP, Rua Alfredo Guedes, 1949, Bairro Higienópolis – Edifício Racz Center - CEP 13 416 901 - Sala 604.		Não
102-4	Localização das operações	Nosso território		Não
102-5	Propriedade e forma jurídica	É uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com estrutura administrativa e financeira próprias, instituída com a participação do Estado de São Paulo, dos Municípios e da Sociedade Civil, conforme consta de sua escritura pública de constituição.		Não
102-6	Mercados atendidos	Nosso território		Não
102-7	Porte da organização	Nosso território		Não
102-8	Informações sobre empregados e outros trabalhadores	Quadro de colaboradores em 2021		Não
102-9	Cadeia de fornecedores	Quadro de colaboradores em 2021		Não
102-10	Mudanças significativas na organização e em sua cadeia de fornecedores	Não houve.		Não
102-11	Princípio ou abordagem da precaução	A instituição não aplica o Princípio da Precaução.		Não
102-12	Iniciativas externas	Compromissos públicos		Não
102-13	Participação em associações	A Agência das Bacias PCJ é membro da Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRHidro), que congrega pessoas físicas e jurídicas em ações para o avanço da gestão dos Recursos Hídricos, da pesquisa científica e do apoio ao ensino técnico e universitário.		Não

Indicador	Descrição	Texto correspondente/Resposta	Razão para omissão	Verificação externa
2. Estratégia e análise				
102-14	Declaração do decisor mais graduado da organização	Mensagem da Presidência Mensagem dos Comitês PCJ		Não
3. Ética e Integridade				
102-16	Valores, princípios, padrões e normas de comportamento	A Agência das Bacias PCJ Código de Ética Ética e integridade nas relações		Não
102-17	Mecanismos para aconselhamento e preocupações sobre ética	Ética e integridade nas relações		Não
4. Governança				
102-18	Estrutura de governança	Prestação de contas Estrutura de governança e poder decisório		Não
5. Engajamento de stakeholders				
102-40	Lista de <i>stakeholders</i> engajados pela organização.	Recursos hídricos têm gestão participativa nas Bacias PCJ		Não
102-42	Base para a identificação e seleção de partes interessadas para engajamento	Recursos hídricos têm gestão participativa nas Bacias PCJ Engajamentos em 2021		Não
102-43	Abordagem para o engajamento das partes interessadas	Recursos hídricos têm gestão participativa nas Bacias PCJ		Não
6. Práticas de relato				
102-45	Lista de entidades incluídas nas demonstrações financeiras	Demonstração de valor adicionado		Não
102-46	Definição do conteúdo do relatório e limite dos tópicos	Apresentação		Não
102-47	Lista de tópicos materiais	Materialidade		Não
102-48	Reformulação de informações	Materialidade		Não

Indicador	Descrição	Texto correspondente/Resposta	Razão para omissão	Verificação externa
102-49	Alterações em escopo e limites	Materialidade		Não
102-50	Período coberto pelo relatório	1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021		Não
102-51	Período do último relatório	Publicação em 2022, ano-base 21		Não
102-52	Ciclo de emissão de relatórios	Anual		Não
102-53	Ponto de contato para perguntas sobre o relatório	Bióloga Kátia Rossi Gotardi Piccin Coordenadora de Gestão katia.gotardi@agencia.baciaspcj.org.br		Não
102-54	Declaração de elaboração do relatório de conformidade com Standards GRI	Este relatório é inspirado nas GRI Standards		Não
102-55	Sumário de conteúdo GRI	Sumário de conteúdo GRI		Não

Conteúdo específico GRI Standards				
Indicador	Aspecto / Descrição	Texto correspondente/Resposta	Razão para omissão	Verificação externa
SERIE 200 Econômica				
GRI201: Desempenho econômico 103-1: Explicação do tópico material e seu limite 103-2 – Forma de gestão e seus componentes 103-3 – Avaliação da forma de gestão		Cobrança pelo uso dos recursos hídricos		
201-1	Valor econômico direto gerado e distribuído	Demonstração de Valor Adicionado		Não
201-2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades devido às mudanças climáticas	Mudanças climáticas e riscos financeiros		Não

Indicador	Aspecto / Descrição	Texto correspondente/Resposta	Razão para omissão	Verificação externa
GRI 203: Impactos econômicos indiretos 103-1: Explicação do tópico material e seu limite 103-2 – Forma de gestão e seus componentes 103-3 – Avaliação da forma de gestão		Investimentos no território das Bacias PCJ		
203-1	Investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos	Investimentos no território das Bacias PCJ		Não
GRI 204: Práticas de compra 103-1: Explicação do tópico material e seu limite 103-2 – Forma de gestão e seus componentes 103-3 – Avaliação da forma de gestão		Como é a gestão de fornecedores na Agência das Bacias PCJ?		
204-1	Proporção de gastos com fornecedores locais	Como é a gestão de fornecedores na Agência das Bacias PCJ? Critérios socioambientais de contratação		Não
GRI 205: Anticorrupção 103-1: Explicação do tópico material e seu limite 103-2 – Forma de gestão e seus componentes 103-3 – Avaliação da forma de gestão		Ética e integridade nas relações		
205-2	Comunicação e treinamento em políticas e procedimentos de combate à corrupção	Ética e integridade nas relações		Não
SÉRIE 300 Ambiental				
GRI 301: Materiais 103-1: Explicação do tópico material e seu limite 103-2 – Forma de gestão e seus componentes 103-3 – Avaliação da forma de gestão		Compromisso com o uso racional dos recursos		
GRI 303: Água 103-1: Explicação do tópico material e seu limite 103-2 – Forma de gestão e seus componentes 103-3 – Avaliação da forma de gestão		Foco na garantia de água em qualidade e quantidade		
GRI 304: Biodiversidade 103-1: Explicação do tópico material e seu limite 103-2 – Forma de gestão e seus componentes 103-3 – Avaliação da forma de gestão		Conservação e proteção de mananciais		
304-3	Habitats protegidos ou restaurados	Projetos de adequação ambiental realizados por município		Não
GRI 306: Efluentes e Resíduos 103-1: Explicação do tópico material e seu limite 103-2 – Forma de gestão e seus componentes 103-3 – Avaliação da forma de gestão		Foco na garantia de água em qualidade e quantidade		

Indicador	Aspecto / Descrição	Texto correspondente/Resposta	Razão para omissão	Verificação externa
GRI 308: Avaliação ambiental de fornecedores 103-1: Explicação do tópico material e seu limite 103-2 – Forma de gestão e seus componentes 103-3 – Avaliação da forma de gestão		Critérios socioambientais de contratação		
308-1	Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais	Critérios socioambientais de contratação		
SÉRIE 400: Social				
GRI 401: Emprego 103-1: Explicação do tópico material e seu limite 103-2 – Forma de gestão e seus componentes 103-3 – Avaliação da forma de gestão		Sustentabilidade orienta a gestão de pessoas		
401-1	Novas contratações de empregados e rotatividade de empregados	Rotatividade		Não
401-2	Benefícios para empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período	Pacote de benefícios		Não
GRI 404: Treinamento e educação 103-1: Explicação do tópico material e seu limite 103-2 – Forma de gestão e seus componentes 103-3 – Avaliação da forma de gestão		Capacitação com foco na gestão excelente		
404-1	Média de horas de treinamento por ano, por empregado	Capacitação com foco na gestão excelente		Não
GRI 413: Comunidade local 103-1: Explicação do tópico material e seu limite 103-2 – Forma de gestão e seus componentes 103-3 – Avaliação da forma de gestão		Recursos hídricos têm gestão participativa nas Bacias PCJ		
GRI 414: Avaliação social de fornecedores 103-1: Explicação do tópico material e seu limite 103-2 – Forma de gestão e seus componentes 103-3 – Avaliação da forma de gestão		Critérios socioambientais de contratação		

Indicador	Aspecto / Descrição	Texto correspondente/Resposta	Razão para omissão	Verificação externa
414-1	Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais	Critérios socioambientais de contratação		
GRI 415: Políticas públicas 103-1: Explicação do tópico material e seu limite 103-2 – Forma de gestão e seus componentes 103-3 – Avaliação da forma de gestão		Articulação para políticas públicas		
415-1	Contribuições políticas	O Estatuto da Agência das Bacias PCJ, em seus artigos 3º, 27 e 32 e; a Lei 9.504/97, que regula as eleições, em seu artigo 24, inciso II e artigo 73 e seus incisos e parágrafos, veda a utilização de recursos ou de outros benefícios a partidos políticos ou candidatos, visando à igualdade entre os diferentes candidatos e partidos. A Lei Federal também elenca, no artigo 73, um rol de proibições aos agentes públicos relacionadas a contribuições políticas.		Não

Anexo III – Resolução ANA nº 15/2019

Quadro resumo interativo	
Forma guiada para localização das informações	
ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS e APRESENTAÇÃO	Apresentação
	Institucional
VISÃO GERAL	Mensagem da Agência das Bacias PCJ
	Mensagem dos Comitês PCJ
	Quem somos
	Onde estamos
	O que fazemos
PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	Materiais
	Práticas de compras
	Desempenho econômico
	Impactos Econômicos Indiretos
GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	Governança Corporativa
	Sustentabilidade corporativa
ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	Gestão e Estratégia
RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	Comunidades locais
INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	Desempenho Econômico
	Impactos Econômicos Indiretos
CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	Práticas de Compras
	Ética e integridade
OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES, ANEXOS E APÊNDICES	GRI 2021
	Águas, efluentes e resíduos
	Biodiversidade



Agência das Bacias PCJ



Relatórios anteriores:

 Relatório 2020

 Relatório 2019

 Relatório 2018



COMITÊS PCJ